



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

ASCENSÃO DO POPULISMO DE DIREITA NA EUROPA: UMA ANÁLISE DE
QUATRO PARTIDOS DO CONTINENTE

Mateus Lopes Aquino

Brasília - DF

2018

MATEUS LOPES AQUINO

**ASCENSÃO DO POPULISMO DE DIREITA NA EUROPA: UMA ANÁLISE DE
QUATRO PARTIDOS DO CONTINENTE**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB)

Orientador: David Verge Fleischer

Brasília - DF

2018

AGRADECIMENTOS

Esta monografia é o resultado de cerca de um ano de trabalho, que, por sua vez, é o resultado de quatro anos e meio de graduação. Foram anos de incontáveis e inesquecíveis experiências, nos quais diversas pessoas cruzaram o meu caminho. Assim, eu gostaria de começar agradecendo de forma geral a todas delas, pois por menor que tenha sido cada contribuição, foi determinante para que eu estivesse hoje aqui, escrevendo estas palavras.

Passando às mais específicas, agradeço primeiramente a meus pais, Angelane e Jales, e a meu irmão, Cássio, por sempre terem me feito acreditar que eu era capaz de alcançar aquilo que almejava. De fato, minha família esteve por trás de cada uma das conquistas destes anos de graduação.

Também não posso deixar de agradecer às minhas amigas mais próximas neste ano de trabalho, que não saíram do meu lado desde que nossos caminhos se cruzaram. Nayara, Guilherme, Anna Angélica, Lucas Delattre, Lucas Sena, Jéssyca, Soraya, Marcela, Arthur, Roni, Eduardo, Carol, Tânia: seu amor, companheirismo, bom-humor e paciência foram essenciais não só para que este trabalho ganhasse um ponto final, mas também para que cada momento difícil desse período fosse superado. Devo destacar ainda a dupla contribuição de Maria Mariana e Maria Fernanda, minhas brasileiras/dinamarquesas favoritas, pela bibliografia e pelas ideias que acabei por incluir neste trabalho.

Mis meses estudiando en España fueron determinantes para el camino que ha llevado a este trabajo de fin de grado, así que agradezco a mis amigos de Santiago de Compostela por su constante apoyo, que no conoce fronteras, distancias ni fusos horarios. Dejo también un agradecimiento especial a los profesores Cristina Ares y Rafael García Pérez, de la Universidad de Santiago de Compostela, que además del desarrollo de mi interés por problemáticas políticas europeas a través de sus clases, también dejaron contribuciones bibliográficas esenciales para que yo pudiera empezar este trabajo.

Por fim, sou imensamente grato ao meu orientador, professor David Verge Fleischer, que foi além do convencional aceitando trabalhar com uma monografia com este tema, e teve uma constante paciência para compartilhar seu conhecimento e guiar-me na produção do melhor trabalho possível. Agradeço também à professora Julie Dolores Schmied Zapata por sua revisão, que resultou em valiosas contribuições para esta monografia.

RESUMO

O seguinte trabalho avalia a progressão do populismo de direita na Europa Ocidental com os adventos da crise financeira de 2008 e da crise dos refugiados de 2015. Para isso, são analisadas as trajetórias de quatro partidos do continente: a Alternativa pela Alemanha; a Frente Nacional francesa; o Partido pela Liberdade austríaco; e o Partido pela Independência do Reino Unido. Através da comparação entre as formas em que os princípios populistas foram aplicados por tais legendas, este trabalho busca encontrar características em comum e, a partir daí, realizar uma avaliação do desempenho dessa corrente nos países europeus. Para a elaboração desta dissertação, com base em classificações pré-estabelecidas do fenômeno populista, é conduzida uma análise qualitativa de cada caso, auxiliada por estatísticas sobre seus desempenhos eleitorais e o contexto em que os países em questão se encontram durante o período considerado, que é baseado em dados sobre indicadores socioeconômicos e fluxos de refugiados.

Palavras-chave: Europa, populismo, partidos políticos, eleições, crises, imigração

ABSTRACT

This paper evaluates the progression of right-wing populism in Western Europe after the 2008 financial crisis and the 2015 refugee crisis. For that, it analyses the trajectories of four political parties of the continent: the Alternative for Germany, France's National Front, Austria's Freedom Party and the United Kingdom Independence Party. Through a comparison of the application of populist ideals by each party, the paper seeks to identify common characteristics and, from there, make an evaluation of this spectrum's performance in European countries. For that, based on pre-established classifications of the populist phenomenon, it conducts a qualitative analysis of each case, with the aid of statistics about its electoral performances and the context where each country is inserted during the period taken into account, which is based on data about socioeconomic indicators and refugees inflow.

Keywords: Europe, populism, political parties, elections, crisis, immigration

LISTA DE SIGLAS

AfD	<i>Alternative für Deutschland</i> (Alternativa para a Alemanha)
CDU	<i>Christlich Demokratische Union</i> (União Cristã Democrática)
CSU	<i>Christlich-Soziale Union in Bayern</i> (União Cristã Democrática da Baviera)
DUP	<i>Democratic Unionist Party</i> (Partido Democrático Unionista)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FN	<i>Front National</i> (Frente Nacional)
FPÖ	<i>Freiheitliche Partei Österreichs</i> (Partido pela Liberdade da Áustria)
ÖVP	<i>Österreichische Volkspartei</i> (Partido Popular da Áustria)
PIB	Produto Interno Bruto
PPD	Partido Populista de Direita
REM	<i>La Republique en Marche!</i> (República em Marcha)
SPD	<i>Sozialdemokratische Partei Deutschlands</i> (Partido Socialdemocrata da Alemanha)
SPÖ	<i>Sozialdemokratische Partei Österreichs</i> (Partido Socialdemocrata da Áustria)
UE	União Europeia
UMP	<i>Union pour un Mouvement Populaire</i> (União pelo Movimento Popular)
UKIP	<i>United Kingdom Independence Party</i> (Partido pela Independência do Reino Unido)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O FENÔMENO POPULISTA	11
2.1. Definindo o populismo	11
2.2. Tipos de populismo	12
2.3. O populismo europeu	13
3. ALTERNATIVA PARA A ALEMANHA	16
3.1. Histórico e principais posições	16
3.2. Desempenho eleitoral	17
3.3. Razões do resultado obtido.....	20
4. FRENTE NACIONAL	22
4.1. Histórico e principais posições	22
4.2. Desempenho eleitoral	24
4.3. O “fenômeno Macron” e suas consequências para a FN.....	28
5. PARTIDO PELA LIBERDADE DA ÁUSTRIA.....	31
5.1. Histórico e principais posições	31
5.2. Desempenho eleitoral	33
5.3. Motivos para o retorno ao governo	36
6. PARTIDO PELA INDEPENDÊNCIA DO REINO UNIDO	38
6.1. Histórico e principais posições	38
6.2. Desempenho eleitoral	41
6.3. Explicando o fracasso doméstico	43
7. CONCLUSÃO	46
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. INTRODUÇÃO

Ondas neopopulistas não são um fenômeno novo na Europa, sendo observadas ao menos desde os anos 1980, e capazes de incitarem mudanças significativas nos sistemas partidários nacionais europeus (IVARSFLATEN, p. 3, 2008). Nos últimos anos, o espectro do populismo voltou a pairar sobre a Europa. Essa corrente pautou processos políticos importantes, como a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), e levou à ascensão de partidos dela defensores em diversos países, com variados graus de êxito (ALGAN et al, 2017).

A onda atual não é particularmente motivada por demandas redistributivas, como foi comum nos regimes populistas latino-americanos, mas por uma rejeição a processos como livre comércio, integração de mercados e imigração. A origem dessa tendência pode ser identificada com a crise financeira de 2008, cujos efeitos deixaram mais evidentes os “vencedores” e os “perdedores” da globalização. Os crescentes índices de desemprego e retração da atividade econômica daí recorrentes geraram uma onda de insatisfação em relação às classes políticas tradicionais, que se mostraram incapazes de encontrar soluções de curto prazo para tal crise. Isso foi suficiente para aumentar uma procura da população por partidos de discursos antissistêmicos em diversos países europeus (ALGAN et al, 2017).

Esse quadro é reforçado pelo crescente número de imigrantes que ingressou no continente nos últimos anos, especialmente pela crise de refugiados deflagrada em 2015. A proximidade de regiões politicamente instáveis, como o Oriente Médio e o norte da África, aliada à integração deficiente dessas comunidades na sociedade europeia, fez com que o aumento da entrada de estrangeiros coincidissem com a ascensão do grupo radical Estado Islâmico e com diversos ataques terroristas em importantes centros urbanos europeus (Paris, Berlim, Londres, Barcelona, entre outros) (MAHER, 2017). Esses fatores inflamaram um discurso nacionalista mais radical no continente. Dessa forma, acentuaram-se também as diferenças entre os povos nativos e os estrangeiros, entre o “nós” e os “outros” (MANSFIELD, 2016).

É um processo atual e que ainda está se desenrolando, o que merece uma maior atenção da Academia, pois o desempenho dos partidos populistas de direita (neste trabalho, abreviados pela sigla “PPD”) pode trazer mudanças significativas ao quadro político dos

países europeus nos próximos anos. Ao analisar-se a trajetória dessas legendas partidárias no continente, é possível traçar quatro caminhos principais pelos quais seguiram:

1. Melhora do desempenho eleitoral, mas sem chegar ao governo;
2. Melhora do desempenho em países onde as eleições foram ganhas por políticos *anti-establishment*, mas de um espectro ideológico distinto;
3. Vitória nos pleitos dos quais participaram;
4. Piora do desempenho eleitoral.

Para este trabalho, pretende-se analisar o processo de ascensão de PPDs na Europa através da análise qualitativa de um partido representativo de cada grupo supracitado. Serão incluídas em ditas análises a origem da legenda; seus principais posicionamentos e como estes se adaptaram; e seu desempenho eleitoral no decênio 2008-2018, a partir do início da crise financeira global.

No capítulo 1, antes dos casos em si, é apresentada uma definição do fenômeno populista, de suas principais classificações e de qual é a mais adequada ao atual contexto europeu. Tal definição é retirada do relatório *Populismo – Conceptualização do Fenômeno*, de Maria Sousa Galito (2017), enquanto a classificação é baseada no artigo *Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America*, de Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2012).

Em seguida, o capítulo 2 é dedicado à Alternativa pela Alemanha (AfD, na sigla em alemão), partido fundado em 2013 e que conquistou 13,3% dos votos para o *Bundestag* nas eleições legislativas de 2017, sendo a primeira legenda radical de direita a ter representação no Parlamento alemão desde a ascensão nazista ao poder, na década de 1930 (MUDDE, 2017).

O capítulo 3 trata da Frente Nacional francesa (FN). Partido fundado em 1972, e que voltou a ganhar protagonismo em 2011, quando Marine Le Pen assumiu sua liderança. A candidata chegou ao 2º turno das eleições presidenciais de 2017, mas acabou perdendo para o centrista Emmanuel Macron. Mesmo assim, a FN recuperou uma relevância entre as forças políticas da França (KIRK, SCOTT; 2017a).

O capítulo 4 analisa o Partido pela Liberdade da Áustria (FPÖ, na sigla em alemão). Fundado em 1956, adquiriu sua atual veia ideológica apenas nos anos 1980. Seu candidato, Norbert Hofer, foi o 2º colocado nas eleições presidenciais em 2016, e o partido conseguiu

ingressar na coalizão governista vitoriosa após o pleito legislativo de 2017, tornando-se naquele momento um caso pouco convencional de PPD presente no Executivo de um país da Europa Ocidental (SLAWSON, 2017).

Já o capítulo 5 é dedicado ao Partido pela Independência do Reino Unido (UKIP, na sigla em inglês), fundado em 1993 com o objetivo de retirar o país da UE. Após o *Brexit*, entretanto, o partido não conseguiu manter seu desempenho. Nas eleições de 2017, conquistou pouco menos de 2% dos votos, fazendo com que não ocupasse nenhum assento na Câmara dos Comuns, o que contrariou o movimento de ascensão de PPDs no continente, com uma perda de mais de 10% do apoio eleitoral entre um pleito e outro (BOOTH, WALKER; 2017).

Por fim, como conclusão, os dados coletados são reunidos para identificar traços comuns entre os casos, de formar a avaliar a progressão da corrente populista na Europa no decênio 2008-2018.

2. O FENÔMENO POPULISTA

2.1. Definindo o populismo

Apesar de ser um termo frequentemente utilizado nos dias atuais, o populismo é um fenômeno político de difícil definição. Ao mesmo tempo em que complica o estabelecimento de um denominador comum para suas diversas demonstrações, esse caráter camaleônico permite também que o populismo se apresente em diferentes épocas, contextos e sistemas (GALITO, p. 5, 2017).

Para evitar novos choques com as já destoantes tentativas de descrição desse fenômeno, pode-se recorrer ao método de promoção de definições mínimas, apresentado por Giovanni Sartori na obra *Concept Misformation in Comparative Politics* (1970), segundo o qual apenas características-chave são atribuídas a um conceito. A partir daí, é possível definir o populismo como uma ideologia que divide a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos: o “povo puro” de um lado; e a “elite corrupta”, do outro. A política, para essa corrente, deve ser uma expressão da vontade geral, o que não aconteceria na prática (MUDDE, KALTWASSER; pp. 149-150; 2012).

Dessa forma, os partidos ditos populistas expressam revolta contra uma alegada comunidade injusta, onde os fortes são corrompidos e impõem seus interesses sobre os mais fracos. Defendem uma noção radical de igualdade política, onde a supremacia deve ser do povo. Portanto, tendem a ser antissistêmicos, alheios aos atores políticos tradicionais e à própria sociedade que criticam. Objetivam estar mais próximos do eleitorado, apresentando-se assim como alternativa à política que está sendo praticada (GALITO, p. 7, 2017).

A partir daí, observa-se que partidos populistas encontram espaço para proliferarem-se em sociedades onde grupos tradicionais perdem credibilidade junto aos eleitores, especialmente em momentos de crise, onde seus métodos já não se traduzem em resultados satisfatórios para as diferentes demandas sociais. Nesses contextos, o populismo consegue apresentar-se como alternativa viável, já que afirma lutar pelos interesses do povo contra essa elite privilegiada, e almeja dismantelar as instituições existentes para dar lugar aos seus próprios programas (GALITO, p. 8, 2017).

Essas são as características comuns às legendas populistas em geral, mas como já mencionado, esse é um fenômeno que se expressa de diversas formas, em diferentes contextos

históricos, sistemas políticos e países. Ao classificarem-se seus diferentes tipos, pode-se dividi-lo em populismo de esquerda, ou inclusionário; e de direita, ou exclusionário.

2.2. Tipos de populismo

O nível de inclusão ou exclusão é um dos tópicos de maior debate dentro dos estudos sobre populismo, pois estes se estendem à sua ligação com a democracia. Tais conceitos referem-se à distribuição de recursos estatais, e são priorizados de formas diferenciadas nas regiões onde o populismo se manifestou. Também servem como meio de classificação de seus diferentes tipos (MUDDE, KALTWASSER; p. 158; 2012).

Nos países em desenvolvimento, observa-se com maior frequência o chamado populismo de esquerda, para Galito (2017), ou inclusionário, para Mudde e Kaltwasser (2012). Nesse tipo, essa corrente mostra-se a favor das massas mais pobres, dominadas por uma minoria corrupta. O populismo, nesses casos, busca uma extensão de recursos e direitos a grupos sociais até então aliados destes. O consequente enfraquecimento das instituições democráticas impinge nos eleitores uma falta de confiança no discurso político tradicional, o que lhes aproxima do discurso populista, que aparenta estar mais de acordo com seus interesses médios (GALITO, p. 10, 2017). Líderes populistas, nesses casos, advogam por maiores gastos sociais, o que costuma vir associado a uma retórica anti-imperialista (MUDDE, KALTWASSER, p. 159, 2012).

Já em países mais desenvolvidos, com menores contrastes socioeconômicos, o tipo que melhor se manifesta é o populismo de direita, ou exclusionário. Nesses casos, os partidos dessa corrente se dispõem a defender uma “maioria silenciada”, que não consegue afirmar-se culturalmente ou deve ser defendida de uma ameaça exterior. É um voto de revolta contra elites “progressistas”, que tentam impor mudanças para as quais a sociedade em questão não está preparada. Há, portanto, um resgate de valores nacionalistas e patrióticos, que devem ser reafirmados frente a influências externas (GALITO, pp. 10-12, 2017). Isso leva também a uma maior diferenciação entre “nacionais” e “estrangeiros”, sendo que os benefícios sociais devam ser prioritariamente destinados aos primeiros (MUDDE, KALTWASSER; p. 160; 2012).

Em suma, observa-se que esses dois tipos resgatam o princípio básico do populismo, de oposição entre o povo e a elite, onde ambos os grupos são dados como homogêneos. Entretanto, cada vertente tem uma compreensão distinta de “povo”.

Para partidos populistas de esquerda, a maior preocupação é garantir a igualdade socioeconômica. Para isso, optam por reforçar o papel do Estado para estender direitos e garantias sociais a grupos que até então não tinham acesso a elas. Possuem, portanto, um caráter progressista, de incluir no conceito de “povo” maiores parcelas da população (GALITO, p. 12, 2017). A partir daí, observa-se que o caráter inclusivo do populismo foi melhor observado na América Latina, onde maiores desigualdades socioeconômicas geraram grupos socialmente marginalizados, para os quais as lideranças populistas direcionaram seus esforços (MUDDE, KALTWASSER; p. 159; 2012).

Já para as legendas populistas de direita, há uma maior preocupação com a manutenção dos direitos do povo do que com sua extensão. Defende-se, portanto, políticas que dão a preferência dos benefícios sociais a cidadãos nativos. Os membros dessa corrente preferem aplicar a definição de “povo” a grupos mais limitados, do que estendê-la aos demais e correr o risco de perder seus benefícios para “forasteiros”. Portanto, compreendem-se os motivos de o caráter exclusionário ser reforçado no populismo europeu, continente onde as condições médias para o bem-estar social já estão estabelecidas, e há uma preocupação constante com a possibilidade de estas serem perdidas com a inserção de novos grupos em seus sistemas de auxílio ao cidadão (MUDDE, KALTWASSER; p. 160-161; 2012).

2.3. O populismo europeu

Todas as teorias sobre a evolução de sistemas partidários concordam em um ponto: mudanças nessa estrutura só ocorrem quando há alguma alteração social que gere novas demandas por parte dos eleitores, como o esgotamento de um determinado modelo econômico ou a inserção política de um novo grupo. Na Europa ocidental, portanto, há uma estreita conexão entre ditas demandas, a expansão do sufrágio e a ascensão de novos partidos. Dessa forma, partidos já existentes podem alterar seu comportamento e novas legendas podem surgir, atraindo o apoio antes destinado aos atores políticos já estabelecidos (IVARSFLATEN, pp. 4-5, 2008).

Entre os principais motivos para que haja um deslocamento de votos para legendas populistas na Europa, estão: insatisfação com o desempenho econômico ou com as políticas econômicas empregadas; desilusão com a classe política; e preocupações relacionadas à imigração. Considerando esses fatores, observou-se um aumento no apoio ao populismo de direita em momentos de enfraquecimento econômico, mudanças políticas (relacionadas, particularmente, ao processo de construção da UE) e picos no processo migratório, que

sobrecarregam as estruturas nacionais destinadas à integração desses indivíduos à sociedade europeia (IVARSFLATEN, pp. 5-8, 2008).

Foram esses os principais defeitos do sistema apontados durante as ondas neopopulistas dos anos 1980 e 1990, que foram mobilizadas particularmente pelas mudanças políticas resultantes do processo de integração europeu, e voltaram a ser resgatados pela que atualmente se desenrola. Mas observa-se que o voto em ditos grupos não é necessariamente uma expressão de apoio incondicional ao populismo de direita, mas também uma forma de protesto contra a política tradicional (IVARSFLATEN, p. 7, 2008).

Apesar de tais fatores serem importantes, partindo de análises empíricas, Ivarsflaten (2008) concluiu que nem todos foram mobilizados com êxito de forma homogênea. A questão imigratória foi a única a ser mobilizada em efetivo por todos os PPDs do continente. Os demais contribuíram para sua ascensão eleitoral, mas com diferentes resultados. Em alguns casos, chegaram a ser igualmente utilizados por partidos tradicionais¹, que conseguiram conservar sua força eleitoral frente a *outsiders*. A imigração, dessa forma, é a questão central comum dentro do populismo europeu (IVARSFLATEN, pp. 12-18, 2008)

Entretanto, apesar dos princípios e características comuns, o populismo europeu não é um fenômeno homogêneo. O grau de radicalismo varia entre os manifestos, os partidos e os países. Taggart e Szczerbiak (2002) usam a rejeição à integração europeia como exemplo dessa variedade de posicionamento, dividindo o euroceticismo (comum aos diferentes PPDs) entre “duro”, completamente oposto a esse processo; e “leve”, que faz críticas, mas não apoia um total abandono de ditos esforços (TAGGART, SZCZERBIAK; p. 7; 2002). Dessa forma, é complicado colocar os fatores apontados por Ivarsflaten (2008) como determinantes para explicar o populismo europeu de forma geral.

Ainda assim, infere-se que os PPDs europeus de forma geral seguem a lógica elaborada por Mudde e Kaltwasser (2012) em sua classificação, pelo fato de que há uma preocupação constante pela preservação dos direitos e benefícios dos cidadãos desses países, o que gera desconfiança sobre quaisquer alterações que possam comprometê-los. Portanto, esses partidos se desenvolvem sob discursos que pregam a manutenção ou a expansão de um sistema de bem-estar social, mas que priorize sempre os nativos, a serem protegidos de

¹ Por exemplo, pode-se citar o Partido Socialdemocrata Suíço, que obteve mais êxito eleitoral ao mobilizar a desconfiança na política tradicional do que os populistas de direita locais, representados pelo Partido Popular Suíço. E na Noruega, o Partido Cristão Democrático mobilizou melhor o desapontamento com o Parlamento Europeu do que o PPD local, Partido pelo Progresso (IVARSFLATEN, pp. 12-14, 2008).

“ameaças externas”, representadas frequentemente pela população imigrante (MUDDE, KALTWASSER; p. 160-161; 2012).

Essas características são observadas, em maior ou menor grau, nos PPDs que estão ganhando destaque no cenário político europeu dos últimos anos. Assim, servem de base para a análise dos partidos selecionados para este trabalho, que serão apresentados a seguir.

3. ALTERNATIVA PARA A ALEMANHA

3.1. Histórico e principais posições

A Alternativa para a Alemanha (AfD) é um partido novo no cenário político do país. Foi fundada na primavera de 2013 por um grupo de conservadores de elite, notavelmente economistas e industriais, muitos dos quais eram dissidentes da União Cristã Democrática (CDU, na sigla em alemão), legenda de centro-direita da qual faz parte a chanceler Angela Merkel (EDDY, 2017).

A criação desse partido está intimamente relacionada à frustração de seus membros com o deslocamento centrista das políticas adotadas pelo governo Merkel, especialmente após a decisão da chanceler de destinar recursos dos contribuintes alemães para os acordos de resgate econômico fechados com a Grécia² (EDDY, 2017). É válido lembrar que a Zona do Euro ainda não havia se recuperado da crise financeira que a assolava desde 2008, e mesmo economias mais fortes, como a alemã, haviam sido afetadas. O gasto público de Berlim aumentou de 1.116.223 € para 1.221.762 € entre 2008 e 2013. Conseqüentemente, a dívida pública subiu de 1.347.503 € para 1.623.302 € no mesmo período (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI, n.d.). Assim, o partido contava com estatísticas para demonstrar preocupação com os gastos do governo Merkel.

Em 2015, os cerca de 1 milhão de pedidos de asilo na Alemanha também se tornaram alvo das críticas da AfD, fazendo com que seu foco mudasse para segurança nacional e imigração (EDDY, 2017). Em 2017, o país ainda acumulava mais de 200 mil pedidos de asilo, com 68 mil não encerrados no final daquele ano, e uma população de pouco menos de 124 mil refugiados³ legalizados e registrados. A maioria desses indivíduos provém de países muçulmanos, com sírios, iraquianos e afegãos liderando as estatísticas (ASYLUM INFORMATION DATABASE, n.d.).

² Desde 2010, a Grécia teve que negociar três acordos de ajuda financeira com a UE e o FMI, que a forçaram a adotar duras medidas de austeridade para conter os gastos públicos e evitar uma falência generalizada de sua economia. O país foi o mais afetado pela crise na Zona do Euro, acumulando uma dívida pública equivalente a 180% do seu PIB e um pico de desemprego de 28% da força de trabalho (ALDERMAN, 2018).

³ Refúgio e asilo são condições distintas. O primeiro possui diretrizes globais definidas e é regulado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), sendo concedido quando há fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Enquanto um processo de refúgio está sendo tramitado, possibilidades de extradição ou expulsão são suspensas. Já no asilo, as garantias são dadas apenas após a sua concessão. Antes disso, o indivíduo está em situação de ilegalidade no país receptor (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, n.d.).

O tom do discurso da AfD tornou-se progressivamente mais nacionalista, populista e, para muitos, racista. Por outro lado, o partido foi até recentemente liderado por Frauke Petry, que é considerada uma força moderada frente aos seus outros membros. A diversidade ideológica ainda é uma característica da AfD, assim que posturas discriminatórias não são adotadas por todos os filiados (EDDY, 2017). Após as eleições de 2017, Petry demitiu-se do partido justamente por tensões crescentes com figuras mais radicais do grupo, como Alexander Gauland e Alice Weidel, considerando que tal postura prejudicaria as chances de participação da AfD em futuras coligações de governo. Dessa forma, entrou para o Parlamento como uma deputada independente, não participando da formação do novo gabinete (SIZA, 2017).

Sobre suas principais propostas, a AfD promove uma restauração da lei e da ordem na Alemanha, além da recuperação de um senso de orgulho nacional, tema que causa grande inquietação em um país ainda sensível às lembranças do passado nazista. Também pretende abrir uma comissão para investigar a legalidade das políticas imigratórias adotadas por Merkel. Nessa linha, deseja aumentar a segurança nas fronteiras, o que frearia uma maior integração europeia e o uso de dinheiro alemão para resgatar bancos estrangeiros. Por fim, também pretende reformar o sistema de pensões, abolindo a política de compensar aqueles que utilizam serviços privados. Além disso, o partido é acusado de flertar com um sentimento anti-islâmico, rejeitando a linguagem mais inclusiva adotada por Merkel. Ao justificar-se, afirmou que uma religião que não respeita a Constituição e as leis locais “não é compatível com a democracia alemã” (EDDY, 2017).

A AfD conseguiu emergir como uma força proeminente em um sistema partidário onde, desde a reunificação alemã, se destacaram a CDU e o Partido Socialdemocrata (SPD, na sigla em alemão). Até então, a exigência de um mínimo de 5% dos votos para obter-se representação parlamentar manteve legendas radicais nascentes fora do processo decisório a nível nacional (PEARSON, 2018). Portanto, a AfD conseguiu driblar as tendências impostas pelo desenho institucional alemão. Seu posicionamento contrário a questões como integração europeia e imigração, aliados a um reforço do discurso nacionalista e da valorização dos alemães frente aos demais, permitem também qualificá-la como parte da onda neopopulista que atravessa a Europa (EDDY, 2017).

3.2. Desempenho eleitoral

A República Federal da Alemanha possui um Parlamento bicameral, conhecido como *Reichstag*. A Câmara Baixa, o *Bundestag*, é composta por membros eleitos diretamente pela

população, através de um sistema único de representação proporcional personalizada⁴. De tamanho variável, conta com 709 membros na legislatura eleita em 2017 (DEUTSCHER BUNDESTAG, n.d.). Já a Câmara Alta, o *Bundesrat*, é composta por membros indicados pelos Parlamentos dos 16 estados alemães, sendo o número de assentos destinado a cada um proporcional ao tamanho de sua população (BUNDESRAT, n.d.). Portanto, a formação do governo se dá entre os partidos majoritários no *Bundestag*.

Desde sua fundação, a AfD já passou por duas eleições legislativas alemãs. Comparado aos os mais tradicionais CDU e SPD, e contabilizando os assentos ocupados por cada partido no *Bundestag* após cada pleito, os resultados conquistados são os seguintes:

Partido	Votos em 2013 (%)	Assentos (2013)	Votos em 2017 (%)	Assentos (2017)
CDU	34,1%	255	32,9%	246
SPD	25,7%	193	20,5%	153
AfD	4,7%	-	12,6%	94

Quadro 1: Desempenho eleitoral da AfD em relação a outros partidos no decênio 2008-2018

Fontes: Parties and Elections in Europe (n.d.); Clarke (2017).

Em 2013, recém-fundada, a AfD conquistou 4,7% dos votos, pouco abaixo do mínimo requerido pela lei eleitoral alemã (5%) para que um partido tenha direito a representação no *Bundestag*. O resultado foi considerado alto para um partido tão novo, o que chamou a atenção de analistas e acendeu um alerta nas demais legendas, já prevendo que aquela não seria uma força política passageira. A CDU e o SPD foram os mais votados no pleito de 2013, levando 34,1% e 25,7% dos votos, respectivamente. Ambos os resultados foram melhores do que na eleição anterior, em 2009 (HEINE, 2013).

Em 2017, a AfD expandiu sua rede de apoiadores e acumulou 13,3% do total de votos válidos, ou seja, cerca de 6 milhões. Tal resultado não só garantiu seu ingresso no *Bundestag*, como também lhe tornou o 3º partido mais votado naquela eleição. Apenas a CDU e o SPD conseguiram mais votos: 32,9% e 20,5%, respectivamente. Entretanto, foram os piores resultados desses partidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial (MUDDE, 2017).

⁴ Segundo esse sistema, metade dos membros do *Bundestag* é diretamente eleita por voto popular nas 299 constituintes alemãs. A outra metade é selecionada através de listas partidárias nos estados federados. Dessa forma, cada eleitor emite dois votos: um para o candidato de sua constituinte, e outro para um partido de sua preferência. É esse segundo voto que determina a força relativa de cada legenda dentro do *Bundestag* (DEUTSCHER BUNDESTAG, n.d.).

Também se estima que parte do apoio à AfD tenha vindo da esquerda, com cerca de 900 mil votos provenientes de antigos eleitores de partidos desse espectro político (EDDY, 2017).

Pesquisas da televisão estatal alemã identificaram um maior número de apoiadores do partido na antiga Alemanha Oriental, onde conquistou 21,5% do total de votos, contra 11% da antiga parte ocidental (MUDDE, 2017). Não por acaso, os 3 distritos onde a AfD ganhou se encontram na Saxônia, no leste do país (FINANCIAL TIMES, 2017). Além disso, foi o partido que mais teve o apoio de indivíduos que não votaram em eleições anteriores: 1,2 milhão, contra 1 milhão para os dois maiores partidos (MUDDE, 2017).

Dessa forma, antes sem representantes eleitos, a AfD passou a ocupar 94 dos 709 assentos do *Bundestag*, sendo a primeira vez que um partido abertamente nacionalista está representado no Parlamento alemão desde a década de 1930, quando os nazistas ascenderam ao poder⁵. A coligação de Angela Merkel ainda conseguiu manter-se como o maior grupo da Casa, com 218 assentos, o suficiente para garantir à chanceler um 4º mandato. Entretanto, tal vitória veio com um menor apoio de outros grupos e maior fragmentação do Legislativo alemão, o que pode comprometer a governabilidade de Merkel, caso seu governo não atenda às demandas da oposição mais conservadora, dentro da qual está a AfD (HENLEY, 2017).

Já a nível continental, a Alemanha conta com 96 assentos no Parlamento Europeu, sendo sua maior bancada. No período considerado, houveram eleições para o órgão em 2009 e 2014. Considerando os mesmos partidos dos pleitos nacionais, os resultados obtidos foram:

Partido	Votos em 2009 (%)	Assentos (2009)	Votos em 2014 (%)	Assentos (2014)
CDU ⁶	30,7%	34	35,3%	34
SPD	20,8%	23	27,3%	27
AfD	-	-	7,10%	7

Quadro 2: Desempenho eleitoral da AfD em relação a outros partidos nas eleições europeias do período 2008-2018

Fonte: Parlamento Europeu (n.d.)

⁵ Antes que a Alemanha sofresse os efeitos mais severos da Grande Depressão (1929-1930), o Partido Nazista era uma legenda pequena, que acumulava apenas 2,6% do voto nacional. A crise econômica retirou a confiança da população na então coalizão governista, liderada por socialdemocratas, e o líder nazista, Adolf Hitler, soube explorar essa insatisfação. Após duas eleições antecipadas (1930 e 1932), os nazistas se tornaram a maior bancada do *Reichstag* em 1932, com 37,3% dos votos. Quando coalizões alternativas se provaram inviáveis, Hitler foi empossado como chanceler da Alemanha em janeiro de 1933 (HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA, n.d.).

⁶ Nas eleições europeias de 2014, a CDU concorreu como grupo político junto à União Cristã Democrática da Baviera (CSU, na sigla em alemão) (PARLAMENTO EUROPEU, n.d.)

Em primeiro lugar, é possível perceber que houve poucas diferenças entre os pleitos para os dois maiores partidos. A CDU conservou o tamanho de sua bancada (34) e o SPD elegeu apenas 4 representantes a mais. Entretanto, ambos contaram com ganhos percentuais em 2014, de 5% para a CDU, e 7% para o SPD. Assim, infere-se que os dois partidos ainda contam com uma base eleitoral sólida no Parlamento Europeu, que a AfD precisará de mais tempo para desafiar (PARLAMENTO EUROPEU, n.d.).

Novamente, a AfD foi uma surpresa, pois mesmo fundada no ano anterior, conseguiu já em 2014 acumular 7,1% dos votos, e ocupar 7 assentos na Casa. Segundo Arzheimer (2014), esse resultado foi determinante para a inserção efetiva do grupo no sistema partidário alemão. Mais uma vez, os estados do leste lideraram a votação, pois se estima que 1 em cada 10 eleitores de seus distritos tenham optado pelos candidatos da AfD. Graças ao ainda existente legado socioeconômico do período socialista, a demanda por ajudas sociais nessa região é maior. E o ressentimento de seus habitantes com a forma que ela foi atendida pelo governo central se revelou um incentivo para o crescimento da AfD entre o eleitorado local (ARZHEIMER, 2014).

3.3. Razões do resultado obtido

Apesar de seu significativo crescimento em poucos anos, a AfD não conseguiu expandir-se ao ponto de ser capaz de liderar a formação de um gabinete, nem de ingressar na coalizão partidária que agora governa a Alemanha. Isso pode ser em parte atribuído ao parlamentarismo praticado no país, onde as forças partidárias tradicionais conseguiram coligar-se para formar um Executivo que não dependia do apoio dessa legenda. Mas uma explicação mais aprofundada pode ser encontrada na própria cultura política desenvolvida na Alemanha no pós-guerra e com sua reunificação.

Primeiramente, porque a AfD pratica um discurso de cunho essencialmente nacionalista, que vai na linha populista de valorização dos nativos do país frente aos demais. Entretanto, o pós-guerra gerou na Alemanha uma visão pouco positiva da ideia de nacionalismo, que passou a ser associada aos excessos de regimes anteriores. No processo de “reeducação” do povo alemão, a conexão emocional excessiva com a ideia de nação se tornou um sinal de fraqueza, não de força e união (DALTON, WELDON; pp. 2-3; 2010).

Assim, enquanto a expressão de orgulho nacional se tornava algo comum nas demais democracias europeias, continuou tímida entre os alemães. A reunificação do país em 1990, que juntou realidades socioeconômicas distintas sob um mesmo governo, pareceu acentuar as

diferenças desse povo, e dificultou o processo de construção de uma expressão cultural comum. Apenas em anos recentes exibições patrióticas se tornaram mais frequentes no país, mas ainda são algo contido (DALTON, WELDON; p. 3; 2010).

Essa característica do povo alemão pode ajudar a explicar os motivos de a ascensão da AfD ainda não ter lhe dado a força necessária para participar de um governo da Alemanha. Além de ser um partido jovem, tem um discurso explícito sobre um ponto que ainda é sensível para muitos alemães. Isso é ilustrado pelos protestos contra a AfD que irromperam após serem anunciados os resultados das eleições de 2017, ocupando as ruas de Berlim, Hamburgo, Frankfurt e Colônia. Os manifestantes demonstravam sua indignação com a retórica do partido, acusando-o de tentar ressuscitar o sentimento nazista no país (EDDY, 2017).

Entretanto, é inegável que o crescimento da AfD entre 2013 e 2017 foi notável para um partido tão jovem. Por outro lado, segundo analistas, esse resultado foi atribuído não a uma total concordância com o programa da AfD, mas a uma onda de votos de protesto contra o governo Merkel, especialmente no que tange à sua “política de portas abertas” para refugiados. Tal postura não só afastou eleitores dos partidos alemães tradicionais, como mobilizou antigas abstenções em direção a legendas alternativas. Pesquisas demonstraram que 60% dos eleitores da AfD estavam votando “contra os demais partidos”, e que apenas 34% se identificavam inteiramente com suas propostas (MUDDE, 2017).

Assim, apesar de seu crescimento, a relação da AfD com os eleitores ainda é fraca. Além disso, não há garantias de que os resultados de 2017 persistirão em futuros pleitos. Muitos partidos novos, e os populistas radicais em particular, têm dificuldades em constituir uma facção grande e coerente dentro do Parlamento. Portanto, para continuar crescendo e pleitear uma participação no governo, a AfD deve não apenas provar-se uma alternativa viável aos partidos tradicionais, mas também adaptar-se para encontrar novas vias de crescimento, o que nem sempre permite uma total manutenção de seu programa original (MUDDE, 2017).

4. FRENTE NACIONAL

4.1. Histórico e principais posições

Ao contrário da AfD, a Frente Nacional (FN) não é um partido novo na política francesa. Foi fundada em 1972 por François Duprat e François Brigneau. Entretanto, sempre esteve intimamente ligada à imagem de Jean-Marie Le Pen, seu líder entre 1972 e 2011. Desde sua origem, a FN é uma ferrenha defensora do nacionalismo francês e de controle da imigração, sendo frequentemente acusada de xenofobia e antissemitismo (RAY, n.d.).

Durante sua primeira década, ressuscitou *slogans* utilizados pelos fascistas franceses na década de 1930, direcionando seu discurso aos veteranos da Guerra da Argélia e aos seguidores do movimento de direita liderado por Pierre Poujade⁷ nos anos 1950. O desempenho da FN foi fraco até os anos 1980, quando cresceu nas eleições municipais de Paris e Dreux, além de conquistar 10 assentos no Parlamento Europeu. Em 1986, o partido acumulou 10 % dos votos válidos, o que se traduziu em 10 assentos na Assembleia Nacional da França (RAY, n.d.).

Esse desempenho não viria a repetir-se em pleitos posteriores, em grande parte por causa da reforma dos procedimentos eleitorais por François Mitterrand, alterando antes das eleições de 1986 a escolha de deputados de um sistema majoritário de dois turnos para um sistema proporcional⁸ (DOBBS, 1985). Pelos anos seguintes, a FN conseguiu eleger apenas alguns representantes para o Legislativo nacional, e em 1988, Le Pen conquistou 15% dos votos na eleição presidencial. Durante aquela década, o líder da FN provou-se uma das personalidades mais controversas da política francesa, especialmente por suas declarações minimizando as consequências do Holocausto, o que gerou intensas críticas a ele e ao seu partido (RAY, n.d.).

Na década de 1990, a FN já havia se estabelecido como uma importante força política na França. Le Pen acumulava mais de 15% dos votos em eleições presidenciais, e membros do partido haviam sido eleitos para as prefeituras das cidades de Toulon, Orange, Marignane e

⁷ As políticas de modernização da França nos anos 1950 geraram insegurança em diversos setores sociais, como camponeses, operários e estudantes. Poujade reuniu esses segmentos para formar um partido de direita próprio, como forma de protesto principalmente às políticas do primeiro-ministro Pierre Mendès-France. Sua retórica não demorou a tomar um rumo antissemita, professando um nacionalismo nostálgico que seria observado posteriormente na FN liderada por Jean-Marie Le Pen (THE ECONOMIST, 2003).

⁸ Essa mudança tornou mais difícil que os partidos franceses assegurassem uma maioria na Assembleia Nacional. Seu principal objetivo era aumentar a margem de manobra política do presidente na formação de coalizões governistas capazes de conquistar o voto de confiança da Câmara Baixa (DOBBS, 1985).

Nice. Apesar dessa inserção, a FN continuou a declarar-se como uma oposição à política francesa tradicional como um todo, dos comunistas aos gaullistas. Em 2002, Le Pen venceu Lionel Jospin (Partido Socialista) no 1º turno das eleições presidenciais, o que desencadeou uma intensa oposição à FN para o 2º turno, que fez com que os demais partidos se unissem para apoiar Jacques Chirac (União para a República), que acabou ganhando outro mandato (RAY, n.d.).

Em 2007, entretanto, o desempenho da FN voltou a cair, pelas promessas do então candidato Nicolas Sarkozy em promulgar leis imigratórias mais rígidas. No ano seguinte, Le Pen foi multado em 10 mil € por comentários que violavam o estatuto francês de negação do Holocausto. Ficava claro que o líder não poderia continuar à frente do partido por muito mais tempo, pois a presença da FN na esfera pública nacional voltava a encolher (RAY, n.d.).

Em 2011, Marine Le Pen sucedeu o pai como líder do partido. Apesar de afastar-se de muitas visões extremistas de seu antecessor, continuou a apresentar a imigração (particularmente de países islâmicos) como uma ameaça à França. Tímidas vitórias voltaram a ser conquistadas nas eleições municipais daquele ano, e em 2012, Le Pen terminou em 3º lugar no pleito presidencial, com 18% dos votos, então um recorde para a FN (RAY, n.d.).

Seguindo proeminente na política francesa, Le Pen voltou a defender a FN como uma alternativa viável aos demais partidos do país. O apoio público à legenda crescia, conforme a popularidade do presidente François Hollande definhava. Em 2014, o partido foi o mais votado na França para o Parlamento Europeu, e cresceu mais nas pesquisas ao pegar o embalo do sentimento anti-islâmico que tomou o país após o ataque terrorista a Paris de novembro de 2015 (RAY, n.d.).

Nas eleições presidenciais de 2017, Le Pen quebrou outro recorde para a FN, com 33,9% dos votos após o 2º turno. As eleições legislativas que se seguiram ainda deram à FN 13,2% dos votos para a Assembleia Nacional, o que lhe garantiu 8 assentos (PARTIES AND ELECTIONS IN EUROPE, n.d.).

No início de 2018, após ser reeleita líder, Marine Le Pen propôs a alteração do nome do partido para *Rassemblement National* (“Comício Nacional”), que já deverá ser utilizado na campanha para as eleições de 2019 para o Parlamento Europeu. O principal objetivo da medida é passar para o eleitorado uma imagem de renovação do partido, já que Le Pen expressou o desejo de unir diversos espectros políticos sob um projeto comum (DRAKE, 2018).

Independentemente do nome adotado, e apesar de não apreciar o termo “extrema direita”, a FN apresenta indubitavelmente posicionamentos de caráter populista e protecionista. Em primeiro lugar, por defender um privilégio de franceses nativos frente a imigrantes no tocante a políticas de emprego e habitação, bem como o apoio governamental à criação dos filhos. Também é a favor de repatriar prerrogativas cedidas à UE, como forma de “aumentar o poder e prestígio internacional da França” (FRANCE 24, 2014).

Quanto à imigração, pretende diminuir a entrada de estrangeiros legais no país anualmente, banir direitos automáticos para unir-se a familiares que residem legalmente na França, aumentar a rigidez das regras para conseguir-se cidadania e o fim do Acordo de Schengen, o que restabeleceria os controles de fronteira (FRANCE 24, 2014).

Para a segurança, defende um aumento de 25% no orçamento para a defesa, além da expansão de presídios e um referendo sobre o restabelecimento da pena de morte. Criminosos estrangeiros também seriam deportados, e a polícia teria seus poderes de monitoramento de telefones e internet aumentados. Uma “promoção agressiva” da língua e dos valores franceses também seria realizada, de forma a reforçar a influência do país no exterior (FRANCE 24, 2014).

Na política externa, a FN pretende renegociar todos os tratados da França com a UE, voltando a priorizar leis nacionais e retirando o país da Zona do Euro. Também defende a criação de uma “União Pan-Europeia”, que incluiria países como a Suíça e a Rússia, mas não a Turquia. E por fim, negociações seriam conduzidas com antigas colônias francesas para forçar uma redução da imigração proveniente desses países. Na agenda econômica, destaca-se um investimento pesado na reindustrialização da França, e a imposição de políticas protecionistas frente aos acordos comerciais da UE. O sistema de arrecadação de impostos seria facilitado, com apoio ou mesmo concessões a pequenos e médios negócios (FRANCE 24, 2014).

Essa reemergência da FN como um ator relevante no cenário político francês, com um discurso de fortalecimento fronteiriço e valorização não só de cidadãos nativos, mas da própria cultura nacional frente ao estrangeiro, permite, portanto, inseri-lo na onda neopopulista que vem atravessando a Europa nos últimos anos.

4.2. Desempenho eleitoral

A República Francesa difere dos demais casos deste trabalho ao adotar um sistema parlamentarista semipresidencialista, com eleições separadas para a Presidência e para o

Parlamento, e um papel proeminente do chefe de Estado no processo decisório nacional. A primeira se dá por voto popular direto, e caso nenhum candidato acumule mais de 50% dos votos válidos, um 2º turno é realizado entre os dois melhores colocados (BLAKKARLY, 2017).

Já o Parlamento é dividido em duas Casas: a Assembleia Nacional e o Senado. A primeira é composta por 577 deputados eleitos por sufrágio universal, selecionados através de dois turnos em distritos uninominais. Se nenhum candidato conquistar maioria absoluta, aqueles que acumularem ao menos 12,5% dos votos disputam um 2º turno para ocupar o assento do distrito (NICOLAU, pp. 24-25, 2004). Já o Senado tem seus membros escolhidos por conselhos regionais de “grandes eleitores”. Portanto, uma maioria do partido do presidente na Assembleia Nacional é necessária para garantir apoio ao seu programa de governo, já que nela são selecionados o primeiro-ministro e seu gabinete. Caso isso não ocorra, se configura um fenômeno denominado “coabitação”, onde presidente e primeiro-ministro de partidos opostos devem tocar um governo (SAMUEL, 2017).

Tomando o decênio 2008-2018 como recorte temporal, eleições gerais foram celebradas na França em 2012 e 2017. Os resultados obtidos⁹ pela FN no pleito presidencial, comparado aos tradicionais União pelo Movimento Popular (UMP)/Partido Republicano¹⁰ e Partido Socialista, bem como à República em Marcha (REM), que elegeu seu candidato em 2017, são os seguintes:

Partido	Votos em 2012 (%)	Votos em 2017 (%)
UMP/Republicano	48,4%	20,01%
Socialista	51,9%	6,36%
FN	17,9%	33,9%
REM	-	66,1%

Quadro 3: Desempenho da FN em eleições presidenciais no decênio 2008-2018
Fontes: Parties and Elections in Europe (n.d.); Henley (2012); Clarke & Holder (2017)

Já nas eleições legislativas, considerando os mesmos partidos e os assentos ocupados por cada um na Assembleia Nacional, foram observados os seguintes resultados:

⁹ Caso o partido tenha ido para o 2º turno, é exposto no quadro o resultado obtido por seu candidato nessa votação.

¹⁰ A UMP foi rebatizada como Partido Republicano por Sarkozy em 2015, em uma tentativa de associar-se aos valores da França revolucionária quando começou a perder votos para legendas mais radicais. De qualquer forma, segue sendo o principal partido de centro-direita do país (HOROBIN, 2015).

Partido	Votos em 2012 (%)	Assentos (2012)	Votos em 2017 (%)	Assentos (2017)
UMP/Republicano	27,1%	194	15,8%	113
Socialista	29,4%	280	7,4%	29
FN	13,6%	2	13,2%	8
REM	-	-	28,2%	280

Quadro 4: Desempenho da FN em eleições legislativas no decênio 2008-2018

Fonte: Parties and Elections in Europe (n.d.)

Trataremos primeiramente das eleições para chefe de Estado. Em 2012, primeiro pleito no qual Marine Le Pen substituiu o pai como candidata do partido à Presidência, a FN conseguiu 17,9% dos votos válidos, um resultado ligeiramente superior aos 16,86% que levaram Jean-Marie Le Pen ao segundo turno em 2002 (WILLSHER, 2012).

O resultado foi uma surpresa para muitos, que passaram a considerá-lo o sinal de um “renascimento” da FN na política nacional. Entretanto, Henley (2012) discorda dessa visão, por entender que o partido naquele momento ainda estava bastante vinculado à imagem xenófoba de seu antigo líder. Também se observou que a FN vinha progressivamente melhorando nas urnas desde 1988, sendo que a exceção a essa tendência ocorreu não em 2012, mas em 2007, quando caiu de 16,86% para 10,44% dos votos válidos. Cinco anos depois e sob uma nova liderança, concorrendo em um momento de recessão econômica e contra um candidato da direita tradicional de baixa popularidade (Sarkozy), seria natural que Le Pen recuperasse força na corrida pela Presidência. Portanto, em 2012, a FN era um partido em vias de reconstrução no jogo político nacional, mas ainda sem força suficiente para abalar a estrutura política francesa, de forma semelhante a outras legendas *anti-establishment* (HENLEY, 2012).

Em 2017, por outro lado, o partido conseguiu crescer na eleição presidencial até conquistar 33,9% dos votos, sendo o melhor resultado desde sua fundação. Esse salto é atribuído em grande parte à adaptação do programa de Le Pen para incluir pontos de insatisfação dos franceses em relação à gestão de François Hollande, como desemprego crescente¹¹ e aumento da imigração¹² (CHRISAFIS, 2017). Em 2016, Hollande já era

¹¹ Entre 2008 e 2017, a taxa de desemprego na França subiu de 7,4% para 9,4% (FMI, n.d.).

¹² 100.412 pedidos de asilo foram computados na França em 2017. O ano terminou com uma população de 13.020 refugiados, e 65.302 pedidos rejeitados. Albânia, Afeganistão e Haiti lideram os países de origem desses indivíduos (ASYLUM INFORMATION DATABASE, n.d.).

considerado o presidente “menos popular da V República”. O mandatário encontrou grande oposição às suas propostas de reformas econômicas e laborais, gerando grandes protestos. Assim, falhou em aumentar a quantidade de dinheiro nos bolsos dos franceses e em realizar grandes mudanças sociais, como prometido em sua campanha. A taxa de desemprego não sofreu grandes mudanças, e a convivência com as dificuldades em integrar imigrantes à sociedade francesa pode ser interpretada como uma causa indireta dos ataques terroristas em Paris entre 2015 e 2016, que alimentaram a onda anti-islâmica no país. Essa conjuntura levaria Hollande a desistir de concorrer a um segundo mandato, e dispersaria seu antigo eleitorado em direção a novas alternativas para o Palácio do Eliseu (LEES, 2016).

Quanto às eleições legislativas, a cultura política da V República Francesa tende a entendê-las como uma confirmação do resultado presidencial (HOWORTH, 2017). Em 2012, o pleito garantiu uma maioria absoluta para o Partido Socialista, do já vitorioso Hollande, que ocupou 280 assentos, com um reforço de outros 34 conquistados por legendas aliadas, totalizando 314. A UMP (centro-direita), do ex-presidente Sarkozy, acumulou com seus aliados 229 assentos, uma queda considerável em relação aos 304 de 2007, mas o suficiente para mantê-la como 2ª maior legenda da Assembleia Nacional. A FN, no entanto, ocupou apenas 2 assentos, o que lhe deu quase nenhuma influência para mudar a agenda proposta por Hollande, que prometia menos austeridade e a reversão do quadro de recessão em que a França se encontrava (ERLANGER, 2012).

Em 2017, essa tendência seguiu após a vitória de Emmanuel Macron, quando uma coalizão entre o REM e o Movimento Democrático assegurou 350 assentos da Assembleia Nacional, ou 60,7% da Casa. O Partido Socialista apresentou uma das maiores quedas, ocupando apenas 29 lugares (KIRK, SCOTT; 2017). Já a FN conquistou 8 assentos (um deles para a própria Marine Le Pen), contrariando as projeções de 30 a 50 feitas após o pleito presidencial, o que lhe relegou ao lugar de 9ª maior bancada no Parlamento. Portanto, é improvável que o partido consiga construir uma plataforma parlamentar consistente para influenciar de forma significativa a agenda da Assembleia Nacional na legislatura 2017-2022 (THE TELEGRAPH, 2017).

Apesar das derrotas em 2017, a melhora no desempenho de Le Pen entre o eleitorado é inegável, e o partido pode aproveitar-se da onda de insatisfação que ainda ronda os franceses para crescer ainda mais em 2022. Como observou Jean-Yves Camus, diretor do Observatório de Política Radical, não há indícios de que o mercado apresente resultados muito melhores nos próximos anos. O crescimento do PIB francês está cotado entre 1,5% e 2% até 2023. E o

fluxo de refugiados no país também não apresenta sinais de que irá cessar. Portanto, a probabilidade de que o próximo pleito ainda enfrente um cenário receptivo ao discurso da FN é alta, com rejeição aos ideais da UE e um insistente desejo pelo fortalecimento de fronteiras (CHRISAFIS, 2017) (FMI, n.d.).

Já no Parlamento Europeu, a França possui uma bancada de 74 assentos. Considerado os mesmos partidos (exceto a REM, que ainda não havia sido fundada), o desempenho nas eleições europeias de 2009 e 2014 foi o seguinte:

Partido	Votos em 2009 (%)	Assentos (2009)	Votos em 2014 (%)	Assentos (2014)
UMP	27,8%	29	20,81%	20
Socialistas	16,48%	14	13,98%	13
FN	6,3%	3	24,86%	23

Quadro 5: Desempenho eleitoral da FN em relação a outros partidos nas eleições europeias do período 2008-2018
Fonte: Parlamento Europeu (n.d.)

No caso francês, observa-se um movimento contrário ao alemão na movimentação dos partidos majoritários entre 2009 e 2014. A UMP, antes sua maior bancada, perdeu cerca de 7% dos votos, ou 9 assentos. O impacto para os socialistas foi menor, perdendo cerca de 3% dos votos, mas ainda resultou em menos representantes seus no Parlamento Europeu após o último pleito (PARLAMENTO EUROPEU, n.d.).

A FN foi a grande surpresa do pleito de 2014, passando por um crescimento de quase 20 pontos em relação a 2009, e tornando-se a maior bancada da representação francesa ao ocupar 23 assentos. Foi a primeira (e até o momento, a única) eleição que o partido finalizou em 1º lugar. Marine Le Pen atribuiu o resultado a um sentimento antieuropeu massivo no eleitorado francês, que se identificou com seu objetivo de construir um continente de “nações autônomas, onde a cooperação é decidida livremente”. Somam-se a isso os já elevados índices de reprovação ao governo de François Hollande, e as profundas divisões entre os partidos mais tradicionais na campanha para o Parlamento (SAMUEL, 2014).

4.3. O “fenômeno Macron” e suas consequências para a FN

A França é um caso particular dentro da onda neopopulista europeia. Por um lado, seu eleitorado rejeitou o discurso tradicional, e entregou o governo do país a um *outsider* do sistema político. Por outro, a escolha não foi por Marine Le Pen, com um discurso semelhante a outros PPDs que estão ganhando notoriedade no continente, mas por Emmanuel Macron,

um político autodenominado “de centro”, mas ainda assim portador de um discurso europeísta e não hostil à imigração.

Segundo Howorth (2017), o “fenômeno Macron” é essencialmente estatístico, político e programático. A primeira característica refere-se ao paradoxo entre as projeções prévias ao pleito e os resultados obtidos: após o 2º turno, o novo presidente venceu com 66% dos votos válidos, mas provenientes de apenas 43% dos eleitores registrados. Nas eleições legislativas, a coalizão liderada pela REM obteve mais uma vitória, mas com abstenção de 57% do eleitorado. Portanto, a “maioria” advogada pelos partidários de Macron é algo questionado pelas demais legendas (incluindo a FN), por representar não um apoio genuíno, mas uma mera falta de oposição efetiva de uma parcela significativa da sociedade francesa (HOWORTH, 2017).

Politicamente, o novo presidente conseguiu dismantelar um sistema partidário que alternava conservadores e socialistas no poder há pelo menos 50 anos. E o fez unindo o liberalismo cultural e político tradicionalmente defendido pela esquerda francesa ao liberalismo econômico e comercial advogado pela direita, duas correntes até então consideradas incompatíveis. Unindo esse contínuo aos problemas enfrentados pelos grupos políticos tradicionais, com disputas internas nos mais tradicionais Partidos Republicano e Socialista, foi possível para o candidato da REM acumular o apoio de diferentes espectros políticos quando este chegou ao 2º turno, visto que a outra opção era o programa neopopulista apresentado por Marine Le Pen, uma ferrenha crítica das forças políticas já estabelecidas. Portanto, ao invés da rejeição total a esse contexto, Macron optou pela tentativa de reconciliação em sua proposta de governo (HOWORTH, 2017).

E por fim, o programa do novo presidente apresentou-se como revolucionário, principalmente por buscar uma combinação de medidas econômicas liberais (flexibilização de políticas laborais, diminuição de impostos, incentivo à inovação industrial) com uma generosa rede de subsídios públicos, de forma a proteger a população de menor renda. Em outras palavras, Macron propôs uma simbiose entre o mercado e o Estado, de forma a sanar os problemas econômicos e o déficit público enquanto também reduz as desigualdades sociais (HOWORTH, 2017).

Em suma, o sucesso de Macron nas eleições presidenciais francesas está no novo modelo de gestão pública proposto pelo presidente, que reúne características defendidas pelas diferentes correntes que compõem a classe política francesa. No 2º turno, isso significou uma

maior atração dos demais partidos para apoiar a REM, pois enxergavam em seu programa maiores oportunidades de terem suas demandas atendidas, além do temor de o sistema político tradicional ser desmantelado pela ascensão de uma legenda como a FN. E dito apoio levou a uma migração de votos para Macron (HOWORTH, 2017). Assim, o candidato teve um melhor desempenho em grandes centros urbanos, de tendências mais europeístas, e em regiões que preferiram candidatos dos partidos de esquerda no 1º turno. Já Le Pen foi mais votada no norte do país, onde a desindustrialização gerou altos níveis de desemprego e pobreza, e na costa sudeste da França, um reduto tradicional da FN (AISH et al, 2017).

Portanto, havia raiva e insatisfação no eleitorado francês, o que alimentou o crescimento de ambas as legendas. Entre as críticas e medidas revolucionárias propostas pela FN e a “revolução pela conciliação de interesses” da REM, a segunda acabou por prevalecer. Entretanto, como afirmado anteriormente, Macron ganhou em meio a uma alta margem de abstenção dos eleitores, o que evidencia os limites do apoio efetivo ao seu programa (HOWORTH, 2017). Apesar de sua mensagem ter sido tomada como uma alternativa mais atrativa à FN nos pleitos de 2017, o desempenho da gestão Macron é crucial para desarticular a insatisfação que ainda pode se traduzir em votos para Marine Le Pen e a FN a partir de 2022. A França, portanto, não está livre da onda neopopulista europeia.

5. PARTIDO PELA LIBERDADE DA ÁUSTRIA

5.1. Histórico e principais posições

Como a FN, o Partido pela Liberdade da Áustria (FPÖ, na sigla em alemão) não é uma legenda recente no contexto político do país. Foi fundado em 1956 por Anton Reinthaller, um antigo servidor do governo Seyss-Inquart, que colaborou com Adolf Hitler em 1938, quando a Áustria foi anexada pela Alemanha nazista (SOLSTEN, 1994).

Anticlerical e pró-germânico, o FPÖ nasceu como uma alternativa ao domínio das coalizões entre o Partido Socialdemocrata (SPÖ, progressista) e o Partido Popular Austríaco (ÖVP, conservador) sobre a política nacional. Inicialmente, o FPÖ buscava convergir correntes liberais e nacionalistas, que, mesmo dissonantes, conseguiram atrair antigos colaboradores do regime nazista, que acreditavam na necessidade de a Áustria enxergar-se como parte de uma comunidade cultural germânica (SOLSTEN, 1994).

De fato, o apelo nacionalista fazia do FPÖ um partido liberal atípico. Entretanto, ainda assim advogava pela defesa das liberdades individuais enquanto condenava o crescimento do poder estatal. Reforçava a necessidade da livre iniciativa, e era contra a ideia socialista de realizar esforços para alcançar uma maior igualdade entre diferentes grupos socioeconômicos. Dessa forma, em 1979, o FPÖ foi admitido na Liberal Internacional, um grupo a nível mundial de partidos dessa vertente (SOLSTEN, 1994).

Em 1958, Friedrich Peter assumiu a liderança do partido, reforçando sua face liberal e ensaiando uma aproximação aos socialdemocratas. Até 1983, entretanto, seu desempenho eleitoral foi tímido, variando entre 5% e 7,7% dos votos. Após as eleições de 1970, o FPÖ fechou um acordo com o SPÖ, segundo o qual apoiaria o governo minoritário do chanceler Bruno Kreisky em troca de uma reforma eleitoral. Dita reforma permitiu que o partido aumentasse sua presença parlamentar, mas sem perspectivas de unir-se à coalizão governista quando a legenda de Kreisky obteve maiorias absolutas nas eleições de 1971, 1975 e 1979. O SPÖ perdeu essa posição apenas em 1983, cabendo por fim ao FPÖ formar um gabinete. Os três anos do partido no poder, em coalizão com o SPÖ, foram em geral frustrantes, com crises sucessivas no Executivo (SOLSTEN, 1994).

Em 1986, o pouco carismático Norbert Steger cedeu a liderança do partido a Jörg Haider, proveniente da ala nacionalista do FPÖ. Apesar de suas declarações polêmicas sobre “o lugar da Áustria na comunidade germânica”, Haider conseguiu trazer significativos ganhos

para o partido nas eleições estaduais e nacionais. Em 1989, destituiu o ÖVP de sua tradicional liderança local e tornou-se governador do estado da Caríntia¹³, sendo a primeira vez que o cargo não era ocupado pelo membro de um dos partidos majoritários. Entretanto, seu mandato foi interrompido em 1991, quando o ÖVP e o SPÖ se uniram para passar um voto de não confiança contra Haider após este fazer declarações apoiando as políticas de emprego do Terceiro *Reich* (SOLSTEN, 1994).

A gestão de Haider trouxe pesadas críticas ao partido como um todo, graças à guinada à direita de seu discurso. O líder criticou veementemente a quantidade de estrangeiros no país, afirmando que a imigração excessiva era perigosa para a Áustria, especialmente na oferta de empregos e habitação. A aprovação de políticas para forçar uma queda do número de imigrantes no mercado laboral foi outro grande motivo para sua posterior destituição. Em 1992, tensões com a vertente liberal fizeram com que membros se afastassem para formar um novo partido, o Fórum Liberal, que passou a praticar o discurso originalmente identificado com o FPÖ (SOLSTEN, 1994).

Em 2000, Haider conseguiu alçar seu partido de volta ao governo, dessa vez em uma coalizão com o ÖVP. Essa permissividade de posições extremistas no Executivo fez com que a UE ameaçasse suspender a participação da Áustria no bloco, e a aliança não demorou a desmantelar-se (BLACK, 2000). Apesar de mais um fracasso, o FPÖ conseguiu dar fim à imagem de pária na política austríaca, que havia sido construída em anos anteriores (ISENSEN, 2017).

Em 2016, o candidato do FPÖ à presidência do país, Norbert Hofer, venceu o primeiro turno das eleições para o cargo. Entretanto, perdeu na rodada seguinte para outro *outsider*, Alexander Van der Bellen, do Partido Verde, por uma margem de 8 pontos percentuais, o que teria dado uma vitória histórica ao partido. A Presidência da Áustria, entretanto, é um cargo essencialmente cerimonial, sendo o Poder Executivo exercido em efetivo pelo chanceler e seu gabinete (ISENSEN, 2017).

Mas em 2017, a coalizão entre o ÖVP e o SPÖ, que sustentava o governo de Christian Kern, entrou em colapso. Eleições legislativas antecipadas foram convocadas, e em dezembro do mesmo ano, o presidente Van der Bellen deu posse a um novo gabinete, forjado através de outra aliança do ÖVP com o FPÖ. Sebastian Kurz (ÖVP) assumiu a chefia de governo, com

¹³ A Caríntia é o estado mais meridional da Áustria, localizado nas fronteiras com a Eslovênia e a Itália. Sua capital é a cidade de Klagenfurt. Atualmente, é governado por Peter Kaiser (SPÖ) (LAND KÄRNTEN, n.d.).

Heinz-Christian Strache (FPÖ) como vice-chanceler. Além disso, na divisão dos ministérios, o FPÖ assumiu importantes pastas, como Relações Exteriores, Defesa e Interior (SLAWSON, 2017).

Após reunir-se com as lideranças, Van der Bellen assegurou que o novo governo seria “pró-europeu”. Strache se esforçou também para limpar a imagem do partido, suspendendo membros que apresentavam tendências antissemitas e neonazistas. Entretanto, as posições tradicionalmente defendidas pelo FPÖ o precedem, especialmente no que concerne à imigração. Assim, sua volta ao governo acendeu um alerta no continente, por ser um caso raro de PPD presente no governo de um país da Europa Ocidental (SLAWSON, 2017).

Sobre suas propostas, o FPÖ se define como um “defensor das tradições da Áustria”. É contra o uso de véus por mulheres muçulmanas, pretendendo bani-los por lei. Strache também defendeu publicamente o fim da imigração para o país, que já abriga uma comunidade de cerca de 21 mil refugiados, sendo que sua população total é de apenas 8,7 milhões de habitantes (ISENSEN, 2017) (ASYLUM INFORMATION DATABASE, n.d.).

O FPÖ propõe uma conduta de “Áustria em 1º lugar”, sendo responsabilidade do Estado proteger as liberdades individuais dos cidadãos, a cultura nacional e as fronteiras como um todo. No campo econômico, defende a livre iniciativa de mercado, mas o subsídio público para serviços como educação e saúde (FPÖ, n.d.).

A proteção de fronteiras é particularmente defendida pelo partido, o que justificaria o controle na imigração e a deportação de criminosos estrangeiros. Quanto à UE, o FPÖ alinha-se à AfD e à FN em suas condenações ao bloco, mas assume um discurso mais moderado. O partido afirma que seu compromisso é com uma Europa de Estados autônomos e livres para elaborarem políticas adequadas às suas respectivas realidades nacionais. As instituições comuns, sob tal lógica, imporiam amarras a esse objetivo (FPÖ, n.d.).

Portanto, o programa do partido evidencia sua herança liberal, mas reforça a prevalência dos nativos e a necessidade de “proteção” da cultura nacional. No contexto dos últimos anos, de desaceleração econômica e aumento da imigração, é possível compreender o resgate do eleitorado desse tipo de discurso (ISENSEN, 2017).

5.2. Desempenho eleitoral

A exemplo de outras democracias parlamentaristas europeias, a República da Áustria conta com um Legislativo bicameral. O Conselho Nacional, com 183 assentos, é a Câmara

Baixa do Parlamento, e seus membros são eleitos através do voto popular, organizado sob um sistema de representação proporcional entre 9 constituintes, equivalentes aos estados federados. A Câmara Alta, o Conselho Federal, é composta por 62 membros, nomeados pelos Parlamntos estaduais (JACOBS, pp. 9-10, 2013). Quando reunidas, as duas Casas compõem a Assembleia Federal, cujas principais funções são empossar o presidente, decidir sobre sua deposição e declarar guerras (REPUBLIC OF AUSTRIA, n.d.).

A constituição do Conselho Nacional, portanto, é o que determina como se forma o gabinete que governa o país após cada eleição legislativa. Considerando os pleitos realizados desde 2008, os resultados obtidos pelo ÖVP, pelo SPÖ e pelo FPÖ, bem como os assentos ocupados no Conselho Nacional, são os seguintes:

Partido	Votos em 2008 (%)	Assentos (2008)	Votos em 2013 (%)	Assentos (2013)	Votos em 2017 (%)	Assentos (2017)
ÖVP	26%	51	24%	47	31,5%	62
SPÖ	29,3%	57	26,8%	52	26,9%	52
FPÖ	17,5%	34	20,5%	40	26%	51

Quadro 6: Desempenho eleitoral do FPÖ em relação a outros partidos no decênio 2008-2018
Fontes: Parties and Elections in Europe (n.d.); Norwegian Centre for Research Data – NSD (n.d.)

A eleição legislativa de setembro de 2008 foi antecipada em quase 25 meses, dando fim à legislatura mais curta do pós-guerra austríaco. Isso foi resultado dos profundos desentendimentos da então coalizão governista, formada pelo SPÖ e o ÖVP, particularmente no tocante a políticas relacionadas à UE (NSD, n.d.).

Contabilizados os votos, ambos os partidos majoritários tiveram perdas significativas. O SPÖ foi o mais votado, com 29,3% do total, mas que representou uma perda de 6 pontos percentuais em relação ao resultado anterior, de 2006. O ÖVP conquistou 26% dos votos, então o pior resultado de sua história. O FPÖ, por outro lado, conseguiu preencher esse vácuo gerado ao acumular 17,5% dos votos, um ganho de 6,5 pontos em relação a 2006. A coalizão anterior foi capaz de se reconstruir para formar um novo governo, mas o FPÖ ainda garantiu 34 lugares no Conselho Nacional, sendo a 3ª maior força partidária da Casa naquele momento (NSD, n.d.).

Nos anos seguintes, marcados pelos efeitos mais severos da crise de 2008, a Áustria manteve um desempenho econômico acima da média europeia, especialmente na manutenção

do baixo nível de desemprego¹⁴. Politicamente, entretanto, o país enfrentou sucessivos escândalos de corrupção, envolvendo diversos membros dos partidos majoritários. Em 2013, quando foram convocadas novas eleições, esse contexto se refletiu nos resultados (DOLEZAL, ZEGLOVITS; 2014).

O SPÖ manteve sua liderança, mas caiu para 26,8% dos votos. Já o ÖVP sofreu nova perda, levando apenas 24%. O FPÖ seguiu o caminho oposto novamente e conquistou 20,5%, o que lhe permitiu aumentar sua representação no Conselho Nacional para 40 assentos (PARTIES AND ELECTIONS IN EUROPE, n.d.). Observa-se, portanto, que a configuração do Parlamento austríaco pouco mudou, mas com uma vantagem menor da coalizão ÖVP-SPÖ frente a partidos alternativos.

Em maio de 2017, novamente, um colapso da coalizão governista forçou a antecipação de eleições legislativas, convocadas para outubro. Com campanhas focadas em questões migratórias, as pesquisas previam uma vitória do ÖVP, com o SPÖ e o FPÖ em uma disputa acirrada pelo 2º lugar (LEISTNER, 2017). Os conservadores acabaram confirmando esse resultado, conquistando 31,5% dos votos e ocupando 62 assentos do Conselho Nacional. Os socialdemocratas acumularam 26,9%, o que garantiu à legenda 52 assentos. Por fim, o FPÖ contou com novo crescimento, ao conquistar 26% dos votos, traduzidos em 51 lugares no Parlamento (PARTIES AND ELECTIONS IN EUROPE, n.d.).

Após um período de incertezas quanto à nova coalizão que formaria o governo austríaco, o ÖVP optou por aliar-se ao FPÖ na construção do novo gabinete. Dita coalizão pode ser vista como um resultado das opiniões comuns entre ambos os grupos sobre a necessidade de aumentar o controle migratório, deportar rapidamente indivíduos cujo pedido de asilo for negado e combater o Islamismo radical. Naquele momento, esse resultado tornou o FPÖ o único PPD da Europa Ocidental presente em um governo nacional (BATCHELOR, 2017).

Apesar da nova aliança e do “desvio à direita” assumido pelo governo austríaco, o chanceler Kurz já declarou considerar importante seguir uma direção pró-europeia. O FPÖ, entretanto, mantém seu tradicional posicionamento cético quanto à integração do continente (BATCHELOR, 2017). Os próximos anos do atual mandato poderão dar uma ideia mais clara da conciliação desses partidos quanto ao papel da Áustria dentro da UE.

¹⁴ Durante a legislatura 2008-2013, a taxa de desemprego na Áustria variou entre 4,1% e 5,3%. A média da Zona do Euro, durante o mesmo período, variou entre 7,5% e 12% (FMI, n.d.).

No Parlamento Europeu, a Áustria é representada por 17 assentos. Nas eleições para o órgão em 2009 e 2014, os resultados obtidos pelo ÖVP, pelo SPÖ e pelo FPÖ foram:

Partido	Votos em 2009 (%)	Assentos (2009)	Votos em 2014 (%)	Assentos (2014)
ÖVP	29,98%	6	26,98%	5
SPÖ	23,74%	4	24,09%	5
FPÖ	12,71%	2	19,72%	4

Quadro 7: Desempenho eleitoral do FPÖ em relação a outros partidos nas eleições europeias do período 2008-2018
Fonte: Parlamento Europeu (n.d.)

No caso austríaco, percebe-se que nenhum dos partidos considerados variou consideravelmente no número de assentos entre um pleito e outro. Entretanto, O ÖVP teve uma perda de 3 pontos na porcentagem de votos obtida, e o SPÖ contou com um crescimento tímido, que lhe garantiu mais 1 assento. Já o FPÖ subiu cerca de 7 pontos em 2014, e conseguiu consolidar-se como a 3ª maior bancada da representação austríaca (PARLAMENTO EUROPEU, n.d.).

Como no caso francês, essa ascensão pode ser explicada por um crescente sentimento anti-europeu no eleitorado austríaco, associado à credibilidade vacilante dos partidos majoritários, o que deslocou sua demanda para o discurso praticado pelo FPÖ. Entretanto, pelo menos até 2014, essa legenda não havia conquistado uma parcela tão grande dos votos, considerando os dados porcentuais. E a maior dificuldade dos partidos nacionalistas em formarem coalizões de longo prazo no Parlamento Europeu pode limitar as dimensões de seu crescimento em pleitos futuros¹⁵ (HALIKIOPOULOU, VASILOPOULOU; p. 288; 2014). Novamente, é necessário esperar a eleição de 2019 para observar se dita tendência irá se manter para o FPÖ.

5.3. Motivos para o retorno ao governo

Conforme já citado, o FPÖ não é um partido resultante do quadro político e econômico europeu recente, mas um grupo com mais de 50 anos de existência e experiente no jogo político austríaco, tendo inclusive já participado do governo. Entretanto, a adoção de uma retórica radical e a dominância cada vez maior do ÖVP e do SPÖ sobre o sistema construíram uma ideia de que ter o FPÖ como um aliado seria algo arriscado e passível de

¹⁵ Duas principais causas são apontadas para essa dificuldade. Primeiramente, mesmo entre os PPDs há diferenças ideológicas e de agenda, o que já impõe uma barreira na formação de coalizões consistentes. Em segundo lugar, o nacionalismo generalizado nessas legendas desencoraja a construção de alianças internacionais (HALIKIOPOULOU, VASILOPOULOU; p. 288; 2014).

perda de apoio do eleitorado. Mesmo assim, Heinz-Christian Strache foi capaz de trazer o partido de volta ao governo em Viena, e isso pode ser atribuído aos seus esforços para reconstruir e reinserir a legenda na dinâmica política local (THE GUARDIAN, 2017).

Desde 2008, o FPÖ vem trabalhando para desvincular-se da imagem radical forjada durante a liderança de Jörg Haider, que criou uma associação do partido a movimentos neonazistas. Isso tornou seu programa mais aceitável para diferentes segmentos do eleitorado, bem como redirecionou esforços para um sentimento anti-islâmico que já estava sendo desenvolvido em diferentes regiões da Áustria (THE GUARDIAN, 2017).

A proximidade do país a vizinhos envolvidos diretamente na crise migratória dos Bálcãs, particularmente a Hungria, também fez com que a Áustria sentisse os impactos da entrada em larga escala de refugiados em seu território (THE GUARDIAN, 2017). Foi justamente a questão imigratória que levou Sebastian Kurz à vitória, e a coincidência de posições sobre o assunto o fez buscar o apoio do FPÖ para governar (ATKINS, KHAN; 2017).

Observa-se, portanto, que o êxito do partido pode ser resumido em dois fatores. O primeiro refere-se à adequação de seu discurso ao momento vivido pela sociedade austríaca, que apresenta uma combinação volátil de pressões causadas pelo desemprego, migração e posição geográfica, na divisa entre o leste e o oeste do continente, o que historicamente colocou o país na linha de frente da contenção do avanço islâmico na Europa central¹⁶. Isso leva ao segundo fator, onde o FPÖ optou não por propor ele mesmo um governo, mas por associar-se à proposta apresentada pelo ÖVP, um partido melhor votado e mais palpável aos diversos segmentos do eleitorado austríaco (THE GUARDIAN, 2017).

Em suma, após anos decadentes, o FPÖ voltou a ser capaz de traduzir os descontentamentos mais frequentes na sociedade austríaca, e ao não se dissociar radicalmente dos atores políticos tradicionais do país, ao mesmo tempo em que se esforçava para limpar uma imagem radical, construiu seu caminho de volta ao poder. Em outras palavras, encontrou uma forma diferente de conquistar apoio à agenda populista que defende (THE GUARDIAN, 2017). Portanto, mesmo sem grandes rupturas, seu discurso ainda se insere na corrente que critica os atuais problemas do continente sob um ponto de vista mais nacionalista, o que ainda pode encontrar ecos em eleições futuras.

¹⁶ Em 1683, Viena chegou a ser palco de um cerco otomano, que durou 61 dias (TRAYNOR, 2004).

6. PARTIDO PELA INDEPENDÊNCIA DO REINO UNIDO

6.1. Histórico e principais posições

O Partido pela Independência do Reino Unido (UKIP, na sigla em inglês) foi formado em 1993 sob liderança do acadêmico eurocético Alan Sked, da *London School of Economics*, com um único objetivo: retirar o país da UE. Dessa forma, a legenda nasceu com o apoio de

membros da Liga Anti-Federalista, formada em 1991 em oposição ao Tratado de Maastricht (MERRICK, 2017a).

O UKIP apresentou candidatos às eleições britânicas de 1997, mas os assentos disputados acabaram indo para seu semelhante, o Partido do Referendo, liderado por James Goldsmith. Alan Sked abdicou da liderança do partido logo depois, acreditando que este estava tomado por “membros racistas, infectados pela extrema direita”. Portanto, deixou o UKIP convicto de que logo se desmantelaria (MERRICK, 2017a).

Goldsmith morreu pouco depois, e a conseqüente dissolução do Partido do Referendo criou um espaço político para o UKIP. Nas eleições para o Parlamento Europeu de 1999, o partido conquistou 3 assentos. Um deles foi ocupado por Nigel Farage, líder do UKIP entre 2006 e 2016 (com um pequeno intervalo em 2010), que construiu sua carreira política com base em um discurso anti-imigração e contra a UE (G1, 2016). Entretanto, tal desempenho não foi observado em pleitos nacionais, onde o sistema *first-past-the-post*¹⁷ substituiu o proporcional nas votações. Em 2001 e 2005, o UKIP acumulou apenas 1,5% e 2,3% dos votos, respectivamente, o que não foi suficiente para que ocupasse assentos em Westminster (MERRICK, 2017a).

Nas eleições europeias de 2014, o UKIP foi o partido mais votado do país, com 27,5%. Ultrapassando os tradicionais Partidos Laborista e Conservador, levou 24 representantes ao Parlamento Europeu. Em setembro do mesmo ano, também conseguiu seus primeiros representantes na Câmara dos Comuns do Parlamento britânico, quando os já eleitos Douglas Carswell e Mark Reckless deixaram os Conservadores para unirem-se ao UKIP (MERRICK, 2017a).

Nas eleições gerais de 2015, o partido ultrapassou os Liberais Democratas e tornou-se o 4º mais votado para a Câmara dos Comuns, o que garantiu seu primeiro membro eleito para o Parlamento. Apesar de ser uma representação pequena, a pressão sobre o governo de David Cameron ressonou pelo Reino Unido e o primeiro-ministro finalmente convocou um referendo sobre a permanência do Estado na UE para o ano seguinte. Com a vitória do *Brexit* confirmada, Nigel Farage abdicou da liderança do partido, o que gerou disputas sucessivas

¹⁷ Ao utilizar distritos uninominais e uma votação centrada nos candidatos, no sistema *first-past-the-post*, o vencedor é aquele que conquista a maior quantidade de votos, sem recorrer a uma fórmula de conversão proporcional que traduza os votos obtidos em um número de assentos a serem ocupados. Portanto, não importa a porcentagem de apoio efetivo do candidato vencedor no distrito em questão, desde que ele seja mais votado do que seus concorrentes (REYNOLDS, REILLY, ELLIS; p. 49; 2008).

para ocupar o seu lugar. Em 2017, o partido perdeu os 145 assentos que disputou nas eleições antecipadas, com um total de apenas 1,8% dos votos (MERRICK, 2017a).

Para o pleito de 2017, o UKIP apresentou uma série de propostas para o país em um contexto já desligado da UE. Prometeu aumentar investimentos no Serviço Nacional de Saúde e no sistema de pensões, além de expandir o programa de habitação e reconstruir as Forças Armadas sem acréscimos nos impostos dos cidadãos, afirmando que isso seria possível com o fim das contribuições ao bloco (UKIP, p. 10, 2017).

No campo econômico, desejava cortar em 20% os impostos para cerca de 1,5 milhões de negócios britânicos, além de aumentar a fiscalização sobre grandes empresas que atrasam pagamentos a clientes menores. Pretendia também aumentar o valor mínimo para a cobrança de impostos sobre heranças para 500 mil libras esterlinas, e eventualmente eliminar esse tipo de arrecadação (BBC, 2017a).

Quanto à imigração, preferiu utilizar o termo “reforma”, de maneira a ainda permitir a entrada de estrangeiros que efetivamente contribuam para a economia britânica, mas sem os supostos excessos que teriam afetado o mercado laboral doméstico. Dessa forma, o UKIP defendeu em seu programa o estabelecimento de uma Comissão de Controle Migratório, com a meta de reduzir a migração líquida a zero em um período de cinco anos. Também foi contra a concessão de anistia a criminosos internacionais, defendendo sua deportação. Quis estabelecer ainda o mínimo de cinco anos de residência legal para que estrangeiros possam ter acesso aos mesmos serviços que os britânicos, como o Serviço Nacional de Saúde (UKIP, pp. 32-33, 2017).

O UKIP também inclui em suas propostas a reserva de 2% do PIB nacional para investimentos em defesa, além de um acréscimo anual de 1 bilhão de libras esterlinas no setor. Ainda na questão de proteção, pretende incrementar mais mil indivíduos nas forças policiais, 7 mil guardas nas prisões e 4 mil funcionários nos postos de fronteira (BBC, 2017a).

Quanto ao *Brexit*, o partido diz estar diante de 6 desafios principais. O primeiro é desvincular o Reino Unido da jurisdição da Corte Europeia de Justiça e, se possível, da Corte Europeia de Direitos Humanos. Em seguida, pretende retomar controle total de políticas migratória e pesqueira. Também quer colocar o país na Organização Mundial do Comércio como agente independente. E por fim, não pretende saldar dívidas com a UE, da qual deseja desvincular-se até 2019 (BBC, 2017a).

Em resumo, o UKIP apresenta um programa baseado na expansão da proteção social aos cidadãos, mas privilegiando os nativos frente aos estrangeiros. Além disso, define o *Brexit* como a remoção do obstáculo que gera as deficiências observadas nos serviços públicos e na proteção de fronteiras do Reino Unido, sendo a insistência em permanecer na UE um erro dos governos de partidos tradicionais (BBC, 2017a).

6.2. Desempenho eleitoral

Conforme o mencionado anteriormente, ao contrário dos demais países deste trabalho, o Reino Unido não recorre a fórmulas proporcionais ou a dois turnos para eleger os representantes da Câmara dos Comuns, mas o faz através de um sistema *first-past-the-post*. As quatro nações que compõem o Estado soberano (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte) são divididas em 650 constituintes, com um número similar de habitantes, e cada uma é representada por um assento na Câmara Baixa do Parlamento. Dessa forma, os partidos apresentam um candidato para cada constituinte, e o mais votado por seus habitantes é declarado vencedor. A Câmara dos Lordes, por outro lado, é formada por membros nomeados pela rainha, com base em recomendações do primeiro-ministro (WASIK, 2017).

Portanto, novamente, a formação da Câmara Baixa determina que partidos irão compor o governo. Considerando as três eleições gerais que ocorreram no Reino Unido entre 2008 e 2018, o desempenho do UKIP e dos tradicionais Partidos Conservador e Laborista, bem como o número de assentos ocupados na Câmara dos Comuns, foi o seguinte:

Partido	Votos em 2010 (%)	Assentos (2010)	Votos em 2015 (%)	Assentos (2015)	Votos em 2017 (%)	Assentos (2017)
Conservador	36,1%	307	36,9%	331	42,4%	318
Laborista	29%	258	30,4%	232	40%	262
UKIP	3,1%	-	12,6%	1	1,8%	-

Quadro 8: Desempenho eleitoral do UKIP em relação a outros partidos no decênio 2008-2018
Fontes: Parties and Elections in Europe (n.d.); BBC (2010); BBC (2017b).

Em 2010, o UKIP acumulou pouco menos de 1 milhão de votos, traduzidos em 3,1% do total. Apesar da votação expressiva, considerando seu alcance, o partido não obteve maioria em nenhum distrito, ficando assim sem assentos em Westminster. Os Conservadores foram os mais votados daquela eleição, com 36,1% dos votos e 307 assentos, seguidos pelos Laboristas, com 29% dos votos e 258 assentos (BBC, 2010).

Em 2015, dentre todas as constituintes britânicas, o UKIP conquistou a maioria dos votos apenas no distrito inglês de Clacton, ocupando assim 1 assento da Câmara dos Comuns.

Entretanto, a nível nacional, recebeu pouco mais de 3 milhões de votos, ou 12,6% do total (um ganho de 9 pontos frente ao resultado anterior). Os Conservadores mantiveram sua liderança no Parlamento, com 331 assentos (36,9% dos votos), seguidos pelos Laboristas, com 232 (30,4%) (BBC, 2015a).

Já em 2017, a primeira-ministra Theresa May optou por antecipar novas eleições, de forma a garantir um apoio parlamentar mais sólido para conduzir o Reino Unido pelo processo do *Brexit*. O resultado não foi o esperado, visto que os Conservadores caíram para 318 assentos, enquanto os Laboristas subiram para 262. Entretanto, ambos os partidos acumularam uma porcentagem maior do total de votos, com um aumento de 4,6% para os Conservadores e 10,4% para os Laboristas. A surpresa do pleito foi em relação ao UKIP, que sofreu uma perda de quase 12% dos votos conquistados em relação a 2015. Sem vitórias em nenhum distrito onde apresentou candidato, acabou sem representantes na Câmara dos Comuns (BBC, 2017b).

Logo após a divulgação dos resultados, o líder do partido, Paul Nuttall, anunciou sua imediata resignação. Em seu discurso de despedida, afirmou que o UKIP precisava de “um novo foco e novas ideias”, mas que ainda cumpriria seu papel como “cão de guarda do *Brexit*” (BBC, 2017c). Sem uma maioria absoluta na Câmara dos Comuns, os Conservadores tiveram que forjar uma aliança com o Partido Democrático Unionista (DUP, na sigla em inglês), uma legenda pró-Reino Unido da Irlanda do Norte, para conseguir formar um novo governo. Dessa forma, May foi investida para outro mandato, mas em um Parlamento mais fragmentado do que o anterior, e mais dividido nas negociações para um acordo de saída com a UE (THE TELEGRAPH, 2017) (DUP, n.d.).

No Parlamento Europeu, até seu desligamento oficial, o Reino Unido conta com 73 assentos. Em 2009 e 2014, os desempenhos do Partidos Conservador e Laborista e do UKIP nessa casa foram:

Partido	Votos em 2009 (%)	Assentos (2009)	Votos em 2014 (%)	Assentos (2014)
Conservador	27%	25	23,31%	19
Laborista	15,31%	13	24,74%	20
UKIP	16,09%	13	26,77%	24

Quadro 9: Desempenho eleitoral do UKIP em relação a outros partidos nas eleições europeias do período 2008-2018
Fonte: Parlamento Europeu (n.d.)

Pelos dados apresentados, observa-se que o UKIP é mais bem-sucedido em eleições europeias, não britânicas. Em 2014, ainda sob liderança de Farage, o UKIP cresceu 10 pontos percentuais em relação ao pleito anterior e tornou-se a maior bancada da representação britânica no Parlamento, com 24 assentos. Os laboristas também tiveram um aumento notável, passando de 13 para 20 assentos. Já os conservadores, do então primeiro-ministro David Cameron, perderam quase 4 pontos e 6 assentos, ficando com 19 (PARLAMENTO EUROPEU, n.d.).

Ao comentar a vitória do UKIP, Farage atribuiu o resultado à perda de credibilidade dos conservadores e laboristas frente ao eleitorado, e que ele abriria caminho para um aumento de representantes seus em Westminster nas eleições gerais britânicas de 2015. Além disso, o líder esperava aumentar a pressão sobre o governo Cameron para a convocação de um referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE (KIRKUP, SWIMFORD; 2014).

Quanto ao referendo, ele realmente aconteceu, com vitória da saída do bloco. Entretanto, o desempenho projetado por Farage no pleito de 2015 foi mais tímido do que o esperado, conforme mencionado acima. E com o fim da representação britânica no Parlamento Europeu, o UKIP deve redesenhar sua estrutura e suas propostas para voltar a ter vitórias sob o sistema distrital das eleições nacionais (MERRICK, 2017b).

6.3. Explicando o fracasso doméstico

O UKIP é um caso único no continente, por apresentar resultados consideravelmente superiores nas eleições para o Parlamento Europeu (instituição por ele condenada) do que em pleitos domésticos, onde inclusive perdeu votos em um contexto socioeconômico em que há espaço para suas ideias¹⁸. Dois fatores ajudam a explicar dito desempenho: o sistema eleitoral britânico e a própria agenda do UKIP.

Tratemos primeiramente da influência do sistema *first-past-the-post* sobre os resultados eleitorais. Em 2015, por exemplo, o UKIP teve um aumento de mais de 10% dos votos recebidos em relação a 2010, mas recebeu apenas um assento (BBC, 2015b). Naquele mesmo ano, dados apresentados pela Sociedade pela Reforma Eleitoral demonstraram que

¹⁸ Economicamente, o Reino Unido apresentava em 2017 uma taxa de desemprego de 4,4%, um saldo positivo, visto que havia chegado a 8% em 2011. Entretanto, a dívida pública cresceu de cerca de 690 mil libras esterlinas em 2008 para pouco mais de 1,5 milhão em 2017 (FMI, n.d.). Além disso, também em 2017, 33 mil pedidos de asilo foram computados em território britânico, frente a uma já legalizada população de quase 8 mil legalizados. A maioria desses indivíduos provém do Iraque, Paquistão e Irã (ASYLUM INFORMATION DATABASE, n.d.).

24,2% dos parlamentares eleitos não estariam ali se o Reino Unido adotasse um sistema proporcional, a exemplo de outros países europeus (HELM, 2015).

E conforme já mencionado, o sistema eleitoral utilizado para o Parlamento Europeu é distinto. Nesse caso, a Inglaterra, a Escócia e o País de Gales aplicam o método d'Hondt¹⁹, recorrendo a listas partidárias fechadas para distribuir os votos. Já a Irlanda do Norte adota o voto único transferível (VUT), sistema no qual os candidatos são ordenados segundo a preferência do eleitor. Com essa maior proporcionalidade entre votos conquistados e assentos ocupados, o partido conseguiu uma projeção maior do que em Westminster (LIAISON OFFICE IN THE UNITED KINGDOM, n.d.).

Isso reforça a maior crítica ao sistema eleitoral britânico: ele era adequado em uma época na qual a maioria do eleitorado optava por um dos partidos majoritários (Conservador e Laborista), mas não cabe em um contexto multipartidário. Os votos destinados a uma legenda perdem a eficácia se não estão concentrados o suficiente para garantir maiorias em constituintes específicas. Assim, partidos como o UKIP, cujo eleitorado está mais disperso, não conseguem levar membros a Westminster, mesmo que obtenham uma votação expressiva. Entretanto, tal resultado foi diferente no Parlamento Europeu, que utiliza um sistema proporcional para eleger deputados, o que desconcentra a distribuição de assentos dos maiores partidos (HELM, 2015).

O segundo fator refere-se à própria razão de existência do UKIP: retirar o Reino Unido da UE. Com o *Brexit* iniciado, o único item que diferenciava o partido dos demais deixou de existir. Une-se a isso o fato de a liderança de Paul Nuttall reforçar um caráter xenófobo no partido, principalmente pelas suas tentativas de regulamentar o banimento do uso do véu facial e de fortalecer uma política de medo entre os britânicos (MERRICK, 2017b).

Insatisfeitos com o fato de Theresa May passar a adotar a agenda anti-imigratória em seu governo, os eleitores perceberam que, depois do *Brexit*, o UKIP não tinha mais propostas viáveis a oferecer. Isso se traduziu no melhor desempenho dos Laboristas, que recuperaram assim votos destinados aos populistas no pleito de 2015. O sentimento xenófobo ainda existe no Reino Unido, mas no momento, está distribuído entre os partidos majoritários, que não o

¹⁹ Dito método aplica-se através da divisão sucessiva do número total de votos obtidos por cada candidatura pelos divisores (sendo 1, 2, 3, 4 e 5 os mais comuns) e pela atribuição dos mandatos em disputa por ordem decrescente aos quocientes mais altos que resultarem das divisões operadas. O processo segue até se esgotarem todos os mandatos e todas as possibilidades de aparecerem quocientes iguais aos quais ainda caiba um mandato (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, n.d.).

demonstram de forma tão explícita quanto o UKIP liderado por Farage ou Nuttall (MERRICK, 2017b).

Em resumo, o sistema eleitoral britânico ainda oferece obstáculos à eleição de representantes de partidos com redutos menores e/ou mais dispersos, o que demonstra como o UKIP obteve resultados superiores nos pleitos para o Parlamento Europeu, enquanto elegeu apenas um representante em Westminster desde sua fundação (HELM, 2015). Essa dificuldade foi reforçada pelo próprio *Brexit*, que deixou o partido sem propostas fortes e viáveis o suficiente para manter a preferência do eleitorado (MERRICK, 2017b). Assim, explica-se como o UKIP contrariou a tendência de outros PPDs europeus, perdendo apoio ao invés de crescer.

7. CONCLUSÃO

Após a análise de cada caso apresentado neste trabalho, é possível retomar o argumento inicial de que o populismo, seja este de esquerda ou direita, não é uma ideologia homogênea. Manifesta-se de diferentes formas em cada lugar, e mesmo apresentando características e motivações comuns a todos, seu grau de sucesso é uma variável dependente de fatores internos do país, como permeabilidade do sistema partidário, regras do jogo eleitoral, cultura política local e mesmo o programa de governo proposto. Assim, explica-se como o FPÖ foi capaz de aproveitar um espaço no sistema para inserir-se como uma opção atrativa ao eleitorado austríaco e voltar ao Executivo, enquanto a AfD e a FN apenas cresceram nas intenções de voto, e o UKIP perdeu a pouca representação que havia conquistado anteriormente.

Esse grau variável de êxito é explicado por meio de relações de demanda e oferta eleitoral. A primeira se refere às queixas apresentadas pelos eleitores, das quais os PPDs se aproveitam para conquistar apoio. E a segunda trata das escolhas que esses grupos fazem, consideradas as demandas, bem como à estrutura de oportunidades políticas nas quais se inserem. O grau de apoio à direita radical parte das interações entre esses dois lados (GOLDER, p. 478, 2016).

As queixas que geram as demandas por PPDs têm três fontes principais. A primeira é a própria modernização socioeconômica, que, ao mesmo tempo em que afasta as massas do pensamento radical, acentua as distâncias entre os beneficiados e os prejudicados por esse processo, típico de economias globalizadas e pós-industriais. O segundo grupo demonstra sua insatisfação através do apoio a partidos *anti-establishment*, por prometerem ser uma alternativa às políticas que não lhes oferecem benefícios (GOLDER, p. 479, 2016).

A segunda fonte é o desempenho econômico. Em momentos de crise, há uma consequente escassez de recursos, que são disputados entre grupos com interesses materiais conflitantes. Nesse contexto, o grupo mais antigo (nativos) tende a culpar o mais novo (imigrantes) por sobrecarregar o sistema e gerar os problemas observados. É esse conflito que os PPDs exploram para gerar uma demanda eleitoral por seus discursos (GOLDER, pp. 483-484, 2016). Não por acaso, nos quatro casos apresentados, os programas partidários incluem propostas para limitar a imigração e privilegiar os cidadãos ali nascidos na distribuição de serviços e recursos públicos.

Por fim, em terceiro lugar, há a fonte cultural. Sua origem está na teoria de identidade social, segundo a qual os indivíduos tendem a associar-se com outros semelhantes, o que gera uma ideia de que seu grupo é superior aos demais. Os PPDs utilizam esse comportamento para reforçar a questão econômica, pois classificam os imigrantes, especialmente os praticantes de diferentes religiões, como incompatíveis com o estilo de vida praticado nos países europeus. Portanto, entende-se que uma opinião contrária à imigração é traduzível em apoio a programas partidários de extrema direita. Por outro lado, não é uma regra fixa, já que o sentimento nacionalista europeu convive também com intensas campanhas de respeito à diversidade. Novamente, é algo variável entre os casos (GOLDER, pp. 484-485, 2016).

Dessa forma, reitera-se que o contexto socioeconômico, de crises financeira e imigratória, combinado com o aumento da ameaça terrorista, foi o principal causador do aumento do apoio eleitoral a PPDs do continente, pois construiu uma falta de confiança nos agentes políticos tradicionais (ALGAN et al, 2017). Ao observarmos os casos expostos, conclui-se que seu grau de êxito está ligado também a variáveis nacionais e ao método de aproximação dos partidos aos eleitores. Mesmo assim, todos exploram de alguma forma as fontes de demanda eleitoral supracitadas, o que acaba por ressuscitar um discurso temido pelas elites tradicionais (GOLDER, pp. 478-479, 2016).

Entretanto, o movimento de ascensão do populismo de direita na Europa não é exclusivamente o fruto de uma onda de votos de protestos contra partidos tradicionais. Essas legendas possuem também suas próprias ideologias, e ao menos parte de seus eleitores as apoiam porque efetivamente se sentem representados por elas. Assim, não geram atenção somente por trazerem à tona propostas alternativas, mas também por evidenciarem a existência de ideias que, caso ganhem força, podem reconstruir o quadro político europeu a nível nacional e continental. Não é, assim, um fenômeno político a ser ignorado ou considerado de pouca importância (GOLDER, pp. 489-490, 2016).

Conclui-se que o populismo de direita na Europa é um fenômeno heterogêneo e que está se desenrolando com ganhos e perdas, o que impede a formulação de observações efetivamente conclusivas sobre suas características. Apesar de pontos em comum existirem nos casos propostos, a sua comparação por métodos empíricos ainda se prova um desafio, pois as legendas e sistemas políticos em questão encontram-se em diferentes níveis de maturidade partidária e democrática (GOLDER, p. 493, 2016).

Assim, os PPDs ainda despertam uma atenção particular da Academia, cujos estudos estão dependentes do desenrolar dos eventos políticos da Europa para que também se tornem mais completos. A identificação e a interação da demanda e da oferta eleitoral são, no momento, a melhor forma de compreender-se seu comportamento em cada realidade nacional proposta.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AISH, Gregor et al. **How France Voted.** *The New York Times*, 07 de mai. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2017/05/07/world/europe/france-election-results-maps.html>>. Recuperado em 07 de jul. 2018.

ALDERMAN, Liz. **As Greece Ends a Decade of Bailouts, Problems Linger for Europe.** *The New York Times*, 19 de jun. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/06/19/business/economy/greece-europe-bailout.html>>. Recuperado em 21 de out. 2018.

ALGAN, Yann et al. **The European trust crisis and the rise of populism.** *VOX, CEPR's Policy Portal*, 12 de dez. 2017. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/european-trust-crisis-and-rise-of-populism>>. Acesso em: 1º de mai. 2018.

ARZHEIMER, Kai. **Success for the AfD at the European Parliament elections would entrench their place in the German party system.** *The London School of Economics and Political Science*, 17 de fev. 2014. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/euoppblog/2014/02/17/success-for-the-afd-at-the-european-parliament-elections-would-entrench-their-place-in-the-german-party-system/>>. Acesso em 24 de out. 2018.

ASYLUM INFORMATION DATABASE. **Reports.** Disponível em: <<http://www.asylumineurope.org/reports>>. Recuperado em 04 de jul. 2018.

ATKINS, Ralph; KHAN, Mehreen. **Far-right Freedom party enters Austrian government.** *Financial Times*, 17 de dez. 2017. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/4608e324-e26a-11e7-97e2-916d4fbac0da>>. Recuperado em 15 de jul. 2018.

BATCHELOR, Tom. **Austria's conservatives strike deal with far-right party founded by ex-Nazis to form coalition government.** *Independent*, 15 de dez. 2017. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/europe/austria-government-far-right-nazis-party-deal-latest-a8113626.html>>. Recuperado em 15 de jul. 2016.

BLACK, Ian. **Europe rallies against Haider coalition.** *The Guardian*, 04 de fev. 2000. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2000/feb/04/austria.ianblack>>. Recuperado em 21 de out. 2018.

BLAKKARKY, Jarni. **How does the French electoral system work?** *SBS News*, 12 de abr. 2017. Disponível em: <<https://www.sbs.com.au/news/how-does-the-french-electoral-system-work>>. Recuperado em 06 de ago. 2018.

BOOTH, Robert; WALKER, Peter. **Paul Nuttall suffers crushing defeat as Ukip vote collapses.** *The Guardian*, 09 de jun. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/jun/09/ukip-vote-collapse-puts-paul-nuttall-leadership-in-danger>>. Recuperado em 1º de mai. 2018.

BBC. 2010. **Election 2010 – National Results.** Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/shared/election2010/results/>>. Recuperado em 14 de set. 2018.

BBC. 2015a. **Elections 2015 – Results.** Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/news/election/2015/results>>. Recuperado em 31 de jul. 2018.

BBC. 2015b. **Election 2015: What difference would proportional representation have made?** Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/news/election-2015-32601281>>. Recuperado em 31 de jul. 2018.

BBC. 2017a. **UKIP manifesto summary: Key points at-a-glance.** Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/news/election-2017-40042669>>. Recuperado em 30 de jul. 2018.

BBC. 2017b. **Elections 2015 – Results.** Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/news/election/2017/results/england>>. Recuperado em 31 de jul. 2018.

BBC. 2017c. **Election results 2017: Paul Nuttall quits as UKIP leader.** Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/news/election-2017-40220074>>. Recuperado em 31 de jul. 2018.

BUNDESRAT. **Organization.** Disponível em: <<https://www.bundesrat.de/EN/organisation-en/organisation-en-node.html>>. Recuperado em 06 de ago. 2018.

CHRISAFIS, Angélique. **Marine Le Pen defeated but France's far right is far from finished.** *The Guardian*, 07 de mai. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/may/07/marine-le-pen-defeated-front-national-far-from-finished>>. Recuperado em 04 de jul. 2018.

CLARKE, Seán. **German elections 2017: full results.** *The Guardian*, 25 de set. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2017/sep/24/german-elections-2017-latest-results-live-merkel-bundestag-afd>>. Recuperado em 28 de nov. 2018.

CLARKE, Seán; HOLDER, Josh. **French presidential election: first round results in charts and maps.** *The Guardian*, 24 de abr. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2017/apr/23/french-presidential-election-results-2017-latest>>. Recuperado em 22 de out. 2018.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. **Método de Hondt.** Disponível em: <<http://www.cne.pt/content/metodo-de-hondt>>. Recuperado em 28 de out. 2018.

DALTON, Russell J; WELDON, Steven. **Germans divided? Political culture in a united Germany.** *German Politics*, n. 19, Mar. 2010, pp. 9-23.

DEUTSCHER BUNDESTAG. **Parliament – Function and Role.** Disponível em: <<https://www.bundestag.de/en/parliament/function/197608>>. Recuperado em 06 de ago. 2018.

DOBBS, Michael. **France Sets Voting Change.** *The Washington Post*, 04 de abr. 1985. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1985/04/04/france-sets-voting-change/20c13d18-b3c1-4cfd-b84b-770e58c68bee/?noredirect=on&utm_term=.0e9cca359f7d>. Recuperado em 21 de out. 2018.

DOLEZAL, Martin; ZEGLOVITS, Eva. **Almost an Earthquake: The Austrian Parliamentary Election of 2013**. *West European Politics*, vol. 37, n. 3, Mai. 2014, pp. 644-652.

DRAKE, Matt. **'Europe is waking up' Marine Le Pen rebrands party to stop 'EU TYRANNY' ahead of elections**. *Sunday Express*, 02 de jun. 2018. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/world/968405/Marine-Le-Pen-EU-European-Elections-Front-National-Rassemblement-National>>. Recuperado em 14 de out. 2018.

DUP. **Our Vision**. Disponível em: <<http://www.mydup.com/about-us>>. Recuperado em 30 de ago. 2018.

EDDY, Melissa. **Alternative for Germany: Who Are They, and What Do They Want?** *The New York Times*, 25 de set. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/09/25/world/europe/germany-election-afd.html>>. Recuperado em 31 de mai. 2018.

ERLANGER, Steven. **Socialists' Victory in France Buttresses Hollande's Power**. *The New York Times*, 12 de jun. 2012. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2012/06/18/world/europe/french-socialists-win-majority-in-parliament.html>>. Recuperado em 3 de jul. 2018.

FINANCIAL TIMES. 25 de set. 2017. **Germany's election results in charts and maps**. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/e7c7d918-a17e-11e7-b797-b61809486fe2>>. Recuperado em 04 de set. 2018.

FRANCE 24. 28 de mai, 2014. **What does France's National Front stand for?** Disponível em: <<http://www.france24.com/en/20140528-france-national-front-policy-eu>>. Recuperado em 30 de jun. 2018.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **IMF Data Mapper**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/datamapper/datasets>>. Acesso em: 09 de jun. 2018.

GALITO, Maria Sousa. **Populismo – Conceptualização do Fenómeno**. Working Paper CEsa CSG 158 / 2017.

GOLDER, Matt. **Far Right Parties in Europe**. *The Annual Review of Political Science*, n. 19, 2016, pp. 477-497.

G1. 24 de jun. 2016. **Conheça Nigel Farage, político britânico que teve papel crucial na saída da UE**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/o-papel-crucial-de-nigel-farage-politico-que-nunca-chegou-ao-parlamento-britanico-na-brexite.html>>. Recuperado em 15 de ago. 2018.

HALIKIOPOULOU, Daphne; VASILOPOULOU, Sofia. **Support for the Far Right in the 2014 European Parliament Elections: A Comparative Perspective**. *The Political Quarterly*, vol. 85, n. 3, Set. 2014, pp. 285-288.

HEINE, Friederike. **German Euroskeptics' Breakthrough Moment**. *Spiegel Online*, 23 de set. 2013. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/germany/euroskeptic-alternative-for-germany-has-german-election-breakthrough-a-923950.html>>. Recuperado em 03 de jun. 2018.

HELM, Toby. **Election result is 'nail in the coffin' of first-past-the-post voting system**. *The Telegraph*, 09 de mai. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2015/may/09/electoral-reform-society-result-nail-in-coffin-first-past-the-post>>. Recuperado em 31 de jul. 2018.

HENLEY, John. **Marine Le Pen's 17.9% is not a breakthrough for the far right**. *The Guardian*, 25 de abr. 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/french-election-blog-2012/2012/apr/25/marine-le-pen-french-elections-2012>>. Recuperado em 04 de jul. 2018.

HENLEY, Jon. **German elections 2017: Angela Merkel wins fourth term but AfD makes gains – as it happened**. *The Guardian*, 24 de set. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/live/2017/sep/24/german-elections-2017-angela-merkel-cdu-spd-afd-live-updates>>. Recuperado em 13 de mar. 2018.

HOLOCAUST ENCYCLOPEDIA. **The Nazi Rise to Power**. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-nazi-rise-to-power>>. Recuperado em 21 de out. 2018.

HOROBIN, William. **France's Sarkozy Rebrands His UMP Party as Republicans.** *The Wall Street Journal*, 29 de mai. 2015. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/frances-sarkozy-rebrands-his-ump-party-as-republicans-1432935099>>. Recuperado em 22 de out. 2018.

HOWORTH, Jolyon. **Understanding the Macron Phenomenon.** *Yale Global Online*, 20 de jun. 2017. Disponível em: <<https://yaleglobal.yale.edu/content/understanding-macron-phenomenon>>. Recuperado em 7 de jul. 2018.

ISENSON, Nancy. **Freedom Party of Austria - what you need to know.** *Deutsche Welle*, 12 de out. 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/freedom-party-of-austria-what-you-need-to-know/a-40928152>>. Recuperado em 11 de jul. 2018.

IVARSFLATEN, Elisabeth. **What Unites Right-Wing Populists in Western Europe? Re-Examining Grievance Mobilization Models in Seven Successful Cases.** *Comparative Political Studies*, vol. 41, n. 1, Jan. 2008, pp. 3-23.

JACOBS, Ryan. **The Current Political System of Austria.** *Research Gate*, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281178741_The_Current_Governmental_Infrastructure_of_Austria>. Recuperado em 14 de jul. 2018.

KIRK, Ashley; SCOTT, Patrick. 2017a. **French election results: The maps and charts that explain how Macron beat Le Pen to become President.** *The Telegraph*, 08 de mai. 2017. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/politics/0/french-election-results-analysis/>>. Acesso em: 7 de mar. 2018.

LAND KÄRNTEN. **Politics.** Disponível em: <<https://www.ktn.gv.at/English/Politics>>. Recuperado em 21 de out. 2018.

LEES, David. **Where did it all go wrong? François Hollande flops out of presidential race.** *The Conversation*, 02 de dez. 2016. Disponível em: <<http://theconversation.com/where-did-it-all-go-wrong-francois-hollande-flops-out-of-presidential-race-69806>>. Recuperado em 3 de jul. 2018.

LEISTNER, Alexandra. **Austria's parliamentary election explained.** *Euronews*, 12 de out. 2017. Disponível em: <<http://www.euronews.com/2017/10/12/austria-s-parliamentary-election-explained>>. Recuperado em 15 de jul. 2018.

LIAISON OFFICE IN THE UNITED KINGDOM. **The Voting System.** Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/unitedkingdom/en/your-meeps/european_elections/the_voting_system.html>. Recuperado em 28 de out. 2018.

MAHER, Richard. **Why is Europe Seeing So Many Terrorist Attacks?** *US News*, 19 de set. 2017. Disponível em: <<https://www.usnews.com/news/best-countries/articles/2017-09-19/why-is-europe-seeing-so-many-terrorist-attacks>>. Acesso em: 6 de mai. 2018.

MANSFIELD, Katie. **Berlin terror attack will fuel populist movement throughout Europe, warns top professor.** *Express*, 21 de dez. 2016. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/world/746166/berlin-terror-attack-populist-movement-europe-professor-warns>>. Acesso em: 1º de mai. 2018.

MERRICK, Rob. 2017a. **Ukip: A timeline of the party's turbulent history.** *The Independent*, 21 de dez. 2016. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/ukip-timeline-party-westminster-alan-sked-nigel-farage-conference-key-events-brexiteadership-a7974606.html>>. Recuperado em 18 de jul. 2018.

MERRICK, Rob. 2017b. **Ukip has no MPs in Westminster – and after last night's performance, it will never win another.** *The Independent*, 09 de jun. 2017. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/voices/ukip-general-election-results-failure-paul-nuttall-quits-no-seats-in-westminster-never-will-a7782241.html>>. Recuperado em 31 de jul. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Entenda as diferenças entre refúgio e asilo.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo>>. Acesso em: 30 de out. 2018.

MUDDE, Cas. **What the stunning success of AfD means for Germany and Europe.** *The Guardian*, 24 de set. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/sep/24/germany-elections-afd-europe-immigration-merkel-radical-right>>. Acesso em: 1º de mai. 2018.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America.** *Government & Opposition*, vol. 48, n. 2, Dec. 2012, pp. 147-174.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NORWEGIAN CENTRE FOR RESEARCH DATA. **Austria – Parliamentary Elections.** Disponível em: <http://www.nsd.uib.no/european_election_database/country/austria/parliamentary_elections.html>. Recuperado em 14 de jul. 2018.

PARLAMENTO EUROPEU. **Resultados das Eleições Europeias.** Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/pt/election-results-2014.html>>. Recuperado em 24 de out. 2018.

PARTIDO PELA LIBERDADE DA ÁUSTRIA. **Party Programme of the Freedom Party of Austria (FPÖ).** Disponível em: <<https://www.fpoe.at/es/themen/parteiprogramm/parteiprogramm-englisch/>>. Recuperado em 11 de jul. 2018.

PARTIES AND ELECTIONS IN EUROPE. **Countries.** Disponível em: <<http://www.parties-and-elections.eu/countries.html>>. Recuperado em 31 de mai. 2018.

PEARSON, Alexander. **Germany's major political parties — What you need to know.** *Deutsche Welle*, 17 de mai. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/germanys-major-political-parties-what-you-need-to-know/g-43820148>>. Recuperado em 21 de out. 2018.

RAY, Michael. **National Front – Political Party, France.** *Encyclopaedia Britannica*, n.d. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/National-Front-political-party-France>>. Recuperado em 27 de jun. 2018.

REPUBLIC OF AUSTRIA. **The Federal Assembly.** Disponível em: <<https://www.parlament.gv.at/ENGL/PERK/NRBRBV/BV/>>. Recuperado em 14 de ago. 2018.

REYNOLDS, Andrew; REILLY, Ben; ELLIS, Andrew. **Electoral System Design: The New International IDEA Handbook**. 2. ed. Estocolmo: Trydells Tryckeri AB, 2008.

SAMUEL, Henry. Marine Le Pen wins record victory for Front National in French elections. *The Telegraph*, 25 de mai. 2014. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/france/10855797/Marine-Le-Pen-wins-record-victory-in-French-elections.html>>. Recuperado em 24 de out. 2018.

SAMUEL, Henry. **How does the French political system work and what are the main parties?** *The Telegraph*, 07 de mai. 2017. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/0/does-french-political-system-work-main-parties/>>. Recuperado em 06 de ago. 2018.

SIZA, Rita. **Frauke Petry abandona a Alternativa para a Alemanha**. *Público*, 26 de set. 2017. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/09/26/mundo/noticia/frauke-petry-abandona-a-alternativa-para-a-alemanha-1786788>>. Recuperado em 03 de jun. 2018.

SLAWSON, Nicola. **Austrian president approves far-right Freedom party joining coalition government**. *The Guardian*, 26 de set. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/dec/16/austrian-president-approves-far-right-freedom-party-role-in-coalition-government>>. Recuperado em 11 de jul. 2018.

SOLSTEN, Eric. **The Freedom Party of Austria**. *Country Studies*, n.d. Disponível em: <<http://countrystudies.us/austria/120.htm>>. Recuperado em 08 de jul. 2018.

TAGGART, Paul; SZCZERBIAK, Aleks. **The Party Politics of Euroscepticism in EU Member and Candidate States**. SEI Working Paper, n. 51, Abr. 2002, pp. 2-45.

THE ECONOMIST. 04 de set. 2003. **Pierre Poujade**. Disponível em: <<https://www.economist.com/obituary/2003/09/04/pierre-poujade>>. Recuperado em 07 de ago. 2018.

THE GUARDIAN. 16 de out. 2017. **The Guardian view on the Austrian elections: an old threat in a new guise**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/oct/16/the-guardian-view-on-the-austrian-elections-an-old-threat-in-a-new-guise>>. Recuperado em 15 de jul. 2018.

THE TELEGRAPH. 19 de jun. 2017. **Marine Le Pen is elected French MP but far-right Front National falls flat with just eight seats.** Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/2017/06/19/marine-le-pen-elected-french-mp-far-right-front-national-falls/>>. Recuperado em 4 de jul. 2018.

TRAYNOR, Ian. **In 1683 Turkey was the invader. In 2004 much of Europe still sees it that way.** *The Guardian*, 22 de set. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2004/sep/22/eu.turkey>>. Recuperado em 16 de jul. 2018.

UKIP. **Britain Together – UKIP Manifesto 2017.** Disponível em: <https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/ukipdev/pages/3944/attachments/original/1495695469/UKIP_Manifesto_June2017opt.pdf?1495695469>. Recuperado em 30 de jul. 2018.

WILLSHER, Kim. **Marine Le Pen scores stunning result in French presidential election.** *The Guardian*, 22 de abr. 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2012/apr/22/marine-le-pen-french-election>>. Recuperado em 04 de jul. 2018.